



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

NATASHA DE ARAUJO CEZAR

GOVERNANÇA COMO PRÁTICA:
GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ EM CIDADES
INTELIGENTES À LUZ DA ONTOLOGIA DO LUGAR DE
SCHATZKI

NATASHA DE ARAUJO CEZAR

GOVERNANÇA COMO PRÁTICA:
GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ EM CIDADES
INTELIGENTES À LUZ DA ONTOLOGIA DO LUGAR DE
SCHATZKI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Marcelo Ferrarese Pegino.

Londrina
2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Cezar, Natasha de Araujo.

Governança como prática : Governança e Participação Cidadã em cidades inteligentes à luz da ontologia do lugar de Schatzki / Natasha de Araujo Cezar. - Londrina, 2025.
94 f.

Orientador: Paulo Marcelo Ferrarese Pegino.

Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2025.
Inclui bibliografia.

1. Schatzki - Tese. 2. Participação Cidadã - Tese. 3. Cidades Inteligentes - Tese. 4. Práticas Sociais - Tese. I. Pegino, Paulo Marcelo Ferrarese. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

CDU 658

NATASHA DE ARAUJO CEZAR

**GOVERNANÇA COMO PRÁTICA:
GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ EM CIDADES
INTELIGENTES À LUZ DA ONTOLOGIA DO LUGAR DE
SCHATZKI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Paulo M. Ferrarese Pegino
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof. Dr. Cláudio Luiz Chiusoli
Universidade Estadual do Centro Oeste –
UNICENTRO

Prof. Dr. Rafael Tezza
Universidade Estadual de Santa Catarina - UDESC

Londrina, 06 de novembro de 2025.

Ao meu Avô Darci Ghen (*in memoriam*) e a minha
prima, amiga e comadre Luciane Müller dos Santos
(*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Agradeço, antes de tudo, a Deus e ao meu protetor São Jorge, que me deram força nos momentos mais desafiadores do mestrado.

Aos meus pais, Diunes e Cesar, que estiveram comigo em cada passo dessa caminhada. Mesmo morando longe, a mais de 600 km de distância, nunca me deixaram desamparada e sozinha. Eles entenderam minhas ausências, meus medos e angústias, e foram minha fortaleza. Obrigada por estarem sempre comigo.

Ao meu irmão Iamai e a minha cunhada Jéssica, pelo apoio constante de longe. Sou muito grata por tê-los em minha vida e por caminharem comigo.

Aos meus avós, Dorilda, Darci (*in memory*), Marlene, Emílio e Maria, que sem exceção suportam a saudade e a distância. Acompanharam cada conquista de longe e vibraram comigo. Vocês são a minha essência.

Ao meu afilhado Caetano e a minha sobrinha Maitê, que me dão uma força enorme, mesmo de longe. Tento ser uma pessoa melhor por causa de vocês. E sou eternamente grata a minha prima, amiga e comadre Luciane Müller (*in memory*), por me permitir ser madrinha do Caetano. Pensar em vocês dois foi meu porto seguro nos momentos mais difíceis.

Ao Professor Paulo Pegino, orientador e mentor. Sei que foi desafiador conciliar as demandas da coordenação com as minhas inquietações, medos e ideias mirabolantes. Obrigada por embarcar nessa jornada de pesquisa comigo, especialmente no fenômeno das “cidades inteligentes”, onde me fez questionar e refletir tanto. Suas aulas, no início provocadoras, tornaram-se leves e compreensíveis com os debates. Grata por todos os ensinamentos e por me ajudar a superar o “medo” de criticar. Que nossa parceria na pesquisa continue.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Administração, sendo vitais na minha formação. Cada aula, debate e ensinamento me transformou e me desconstruiu. A Natasha que entrou em 2023 não é a mesma que sai em 2025. Obrigada por tudo.

Aos professores Cláudio Chiusoli da UNICENTRO e Rafael Tezza da UDESC por gentilmente, aceitarem o convite para integrar a banca examinadora e atenção dedicada à análise deste trabalho.

Aos amigos do mestrado que tornaram esta jornada não apenas possível, mas significativa e mais leve. Obrigada pelos cafés, risadas, desabafos e pela cumplicidade

que fortaleceu cada etapa. E ao grupo de pesquisa, através das nossas reuniões produtivas, debates enriquecedores e um ambiente de rigor e inovação, vocês foram determinantes para o desenvolvimento intelectual e a execução prática deste trabalho. Levo comigo não apenas os conhecimentos construídos, mas os laços e as inspirações na qual tornaram esta conquista coletiva.

A professora Lair Barroso e a turma do 1º ano de Administração de 2023, que me acolheram como estagiária de docência. Com vocês me descobri como professora e me apaixonei pela profissão. Levo cada palavra e carinho comigo. Muito obrigada por compartilharem aquele semestre.

Aos meus amigos, que forjam parte da minha história. Obrigada por suportarem as ausências, mas, principalmente, por acreditarem e vibrarem com cada passo que dei.

Não poderia deixar de agradecer a todos os meus professores desde a graduação. A docente a qual estou me tornando carrega um pouco de vocês. Espero um dia retribuir todos os aprendizados, meu muito obrigada.

Agradeço aos colegas da Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Sociedade (PROEX), a Pró-Reitora e professora Zilda de Andrade, e aos professores Paulo Liboni e Ana Luiza Boavista. Obrigada por todos os ensinamentos, pela parceria e, principalmente, pelo acolhimento de todos, toda minha gratidão!

E, claro, a todos que, de perto ou de longe, torceram por mim. Cada mensagem de apoio,

cada “como está indo?” fez toda a diferença nos dias mais cansativos.

Chegar ao final dessa etapa é olhar para trás e ver uma trilha feita de apoio, aprendizado e superação. O mestrado foi muito mais que um título, uma jornada de transformação pessoal e profissional. Levo não apenas o conhecimento adquirido, mas as relações construídas e a certeza de que não estava sozinha.

Que o fechamento deste ciclo seja a abertura de novos caminhos, onde eu possa levar adiante tudo o que recebi e aprendi. A cada um de vocês, o meu mais sincero e eterno OBRIGADA. Esta conquista é nossa.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, pela concessão da bolsa.

“A menos que modifiquemos à nossa maneira de pensar, não seremos capazes de resolver os problemas causados pela forma como nos acostumamos a ver o mundo.”

Albert Einstein

RESUMO

CEZAR, Natasha de Araujo. **Governança como prática:** governança e participação cidadã em cidades inteligentes à luz da ontologia do lugar de Schatzki. 2025. 94 f. Dissertação (Mestrado em Administração – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2025).

Esta dissertação investiga criticamente o fenômeno das cidades inteligentes, partindo da premissa de que, apesar de prometerem eficiência por meio da tecnologia, elas frequentemente reforçam estruturas tecnocráticas e marginalizam a participação cidadã. O estudo buscou compreender como as práticas sociais constroem a governança nesses contextos, tomando a cidade de Londrina/PR — classificada como inteligente em *rankings* nacionais — como estudo de caso. A pesquisa foi fundamentada na Teoria das Práticas Sociais de Theodore Schatzki, onde entende a vida social como um emaranhado de “práticas” (atividades organizadas) e “arranjos materiais” (tecnologias, infraestruturas). Esse arcabouço permitiu analisar a governança não como uma estrutura fixa, mas como um processo dinâmico e em constante construção. Para avaliar a participação do cidadão, se utilizou a “escada da participação cidadã” de Arnstein, na qual classifica os níveis de envolvimento, da mera simbologia até o controle efetivo. Metodologicamente, o trabalho adotou uma abordagem qualitativa, com coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas, análise documental e observação participante. A análise revelou um cenário de contradições. Embora Londrina possua uma estrutura formal de governança que articula poder público, setor privado e academia, os cidadãos são tratados principalmente como usuários finais e não como coprodutores ativos da cidade. A retórica da “cidade centrada no cidadão” não se materializa em práticas inclusivas. Portanto, a pesquisa conclui que a inteligência de uma cidade não é um atributo meramente técnico, porém uma qualidade relacional e política, constantemente negociada e contestada nas malhas de suas práticas e arranjos materiais. A principal contribuição do estudo foi articular de forma inovadora a ontologia de Schatzki com o campo crítico das cidades inteligentes, oferecendo uma lente analítica para desvendar a governança como um fenômeno em constante (re)configuração.

Palavras-chave: Schatzki; governança; participação cidadã; cidades inteligentes; práticas sociais.

ABSTRACT

CEZAR, Natasha de Araujo. **Governance as practice:** governance and citizen participation in smart cities in light of Schatzki's site ontology. 2025. 94 s. Master's thesis in Administration - Center for applied social studies, State University of Londrina, Londrina, 2025.

This dissertation critically investigates the phenomenon of smart cities, starting from the premise that, despite their promise of efficiency through technology, they often reinforce technocratic structures and marginalize citizen participation. The study sought to understand how social practices construct governance in these contexts, using the city of Londrina, in the state of Paraná — ranked as smart in national indexes — as a case study. The research was grounded in Theodore Schatzki's Theory of Social Practice, which understands social life as a mesh of “practices” (organized activities) and “material arrangements” (technologies, infrastructures). This framework allowed for the analysis of governance not as a fixed structure, but as a dynamic process in constant construction. To evaluate citizen participation, Arnstein's “ladder of citizen participation” was used, which classifies levels of involvement from mere tokenism to actual citizen control. Methodologically, the work adopted a qualitative approach, with data collected through semi-structured interviews, document analysis, and participant observation. The analysis revealed a contradictory scenario. Although Londrina has a formal governance structure that articulates public authorities, the private sector, and academia, citizens are treated primarily as end-users and not as active co-producers of the city. The rhetoric of the “citizen-centered city” does not materialize into inclusive practices. Therefore, the research concludes that a city's intelligence is not a merely technical attribute, but a relational and political quality, constantly negotiated and contested within the mesh of its practices and material arrangements. The study's main contribution was to innovatively articulate Schatzki's ontology with the critical field of smart cities, offering an analytical lens to unravel governance as a phenomenon in constant (re)configuration.

Key-words: Schatzki; governance; citizen participation; smart cities; social practices.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	– Adaptação da Escada de Participação Cidadã da Arnstein	38
Quadro 2	– Elementos de Cidades Inteligentes	41
Quadro 3	– Art. 03 do Decreto 9.203/2017	44
Quadro 4	– Art. 05 do Decreto 9.203/2017	45
Quadro 5	– Descrição dos entrevistados	54
Quadro 6	– Perfil simplificado	62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CI	Cidades Inteligentes
CIOP	Centro de Inteligência Operacional
CMPGT	Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Territorial
CMTU	Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CODEL	Instituto de Desenvolvimento de Londrina
COHAB	Companhia de Habitação
CTD	Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento
E1	Entrevista 1
E2	Entrevista 2
E3	Entrevista 3
E4	Entrevista 4
E5	Entrevista 5
E6	Entrevista 6
EPESMEL	Escola Profissional e Social do Menor de Londrina
FIEP	Federação das Indústrias do Estado do Paraná
IA	Inteligência Artificial
ICT	Instituições Científicas e Tecnológicas
IoT	Internet das Coisas
IPPUL	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina

ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
MasterPlan	Plano Estratégico
NPG	Nova Governança Pública
NPM	Nova Gestão Pública
OP	Orçamento Participativo
OPS	Organização, Poder e Sociedade
PDM	Plano Diretor Municipal
PDRAE	Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado
SEBRAE	Sistema Brasileiro de Apoio as Micros e Pequenas Empresas
SENAI	Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TPA	Administração Pública Tradicional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	Objetivo geral	18
1.2	Objetivos específicos	18
2	JUSTIFICATIVA	20
3	REFERENCIAL TEÓRICO	25
3.1	As práticas sociais	25
3.2	Participação cidadã	30
3.3	Cidades inteligentes	40
3.4	Governança	43
3.5	Governança em cidades inteligentes	48
4	PERCURSO METODOLÓGICO	50
5	ANÁLISE DOS RESULTADOS	61
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
	REFERÊNCIAS	79
	APÊNDICES	89
	APÊNDICE A	90
	APÊNDICE B	92

1 INTRODUÇÃO

As cidades contemporâneas estão passando por profundas reconfigurações, muitas vezes conflituosas, devido à expansão das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) (Afonso et al., 2015). Esse processo, longe de ser uma simples “evolução”, originou o conceito de Cidades Inteligentes (CI), que, embora prometa eficiência e sustentabilidade, frequentemente reforça hierarquias tecnocráticas e exclusão socioespacial (Ozkaya & Erdin, 2020).

Apesar de ser uma definição relativamente nova, a quantidade de publicações sobre o tema tem aumentado significativamente ao longo dos últimos anos (Ozkaya & Erdin, 2020; Koca, Egilmez & Akcakaya, 2021). O conceito tem sido aplicado, por exemplo, em estudos sobre tráfego (Korecki et al., 2024), saúde pública (Wu et al., 2022; Anisetti et al., 2018), poluição atmosférica (Wu, Xie & Lyu, 2023), energia renovável (Abu-Rayash & Dincer, 2023) e governança urbana (Mao et al., 2023).

A conceituação de cidade inteligente, embora ganhe projeção global, é permeado por controvérsias e ambiguidades que para além de desafiar, mas muitas vezes subvertem sua consolidação como modelo de desenvolvimento urbano (Grossi & Welinder, 2024). Não se trata de um modelo homogêneo, as cidades inteligentes reproduzem fenômenos paradoxais, um campo de tensão que compreende elementos tecnológicos, sociais e gerenciais em dinâmicas constantemente desiguais. Sob o discurso de integração de tecnologias avançadas para resolver desafios urbanos, se oculta disputas de poder, enquanto segurança, infraestrutura e eficiência energética são priorizadas (Curseu, Semejin & Nikolova, 2021; Guo et al., 2023), questões como exclusão digital, vigilância generalizada e a privatização de serviços públicos ocupam raramente o centro do debate. A própria retórica de “transformação urbana orientada pela tecnologia” (Guo et al., 2023) naturaliza a inovação como inevitável, obscurecendo quem define as “aspirações” urbanas e quais grupos são marginalizados nesse processo.

Logo, tais cidades costumam ser definidas a partir da aplicação de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) (Tura & Ojanen, 2022) na resolução de problemas urbanos (Antwi-Afari et al., 2021). Alguns autores ainda incluem a presença de capital humano e social (Ozkaya & Erdin, 2020) e governança inteligente (Abu-Rayash & Dincer, 2021; Kopackova, Komarkova & Horak, 2022).

Sendo assim, é perceptível o caráter interdisciplinar dos estudos sobre o tema, abarcando desde urbanismo (Hatuka & Zur, 2020), geografia urbana (Wu, Guo & Xu, 2024) e tecnologias (Tura & Ojanen, 2022), até ciências naturais, tais como biologia, química e física (Wu et al., 2023; Bonab et al., 2023). Os estudos incluem uso de big data para análise de câmeras de monitoramento e gestão (Al-Badi & Khan, 2022), controle inteligente de semáforos para reduzir o congestionamento (Korecki et al., 2024), sistemas de energia inteligente (Abu-Rayash & Dincer, 2023), transporte inteligente e fábricas digitais (Wu, Xie & Lyu, 2023). Além disso, o uso da Internet das Coisas (IoT) no gerenciamento de problemas urbanos (Biloria, 2021), frequentemente apresentado como solução técnica neutra, se revela um dispositivo de governamentalidade digital, no qual a coleta massiva de dados normaliza mecanismos de vigilância e controle social sob o discurso de eficiência.

Por outro lado, outros estudos apontam que o conceito de cidadania nas cidades inteligentes, seja ele implícito ou explícito, tende a refletir uma visão neoliberal, na qual o cidadão é tratado como um consumidor de serviços tecnológicos (Cardullo & Kitchin, 2018; Barberio, Manocchio & Gallo, 2023). Esse modelo continuamente marginaliza indivíduos que enfrentam barreiras de letramento digital, resultando em uma participação limitada na identificação de problemas, no planejamento e na elaboração de soluções para a cidade. Cardullo e Kitchin (2019) ainda observam que os cidadãos ocupam um papel amplamente passivo, com empresas e administrações municipais realizando formas de paternalismo cívico, que nada mais é do que decidir o que é melhor para os cidadãos.

Por sua vez, as lacunas nos estudos sobre cidades inteligentes expõem falhas estruturais no próprio conceito. Como demonstram Tura e Ojanen (2022), persiste uma fragilidade epistemológica nos fundamentos teóricos do campo, seguidamente diminuído a discursos utópicos de inovação, sem rigor analítico sobre impactos sociais reais. Essa fraqueza conceitual revela um antagonismo fundamental, o modelo de cidade inteligente não corresponde à materialidade urbana, mas sim a intervenções tecnológicas fragmentadas (Li, Tæihagh & Tan, 2022). Apesar da proliferação de estudos interdisciplinares sobre cidades inteligentes, a questão central da governança permanece ambígua, quem de fato decide os rumos da urbanização tecnológica? A governança da fase tecnológica pode ser centralizada por meio da integração e unificação dos processos governamentais, ou pode ser descentralizada e os serviços públicos organizados em torno das insuficiências dos cidadãos (Bayat & Kawalek, 2021).

Embora os autores argumentem que a adoção das tecnologias digitais melhora a eficiência e a acessibilidade dos processos de governança, o foco excessivo nas tecnologias pode negligenciar questões de inclusão social. Em alguns casos, os cidadãos são tratados como consumidores passivos de serviços tecnológicos, em vez de participantes ativos no processo de governança (Bannister & Connolly, 2014; Cardullo & Kitchin, 2019). Noveck (2015) ressalta que o uso das tecnologias digitais nos governos está, em sua maioria, mais voltado para a coleta de dados e o aumento da eficiência administrativa do que para garantir participação significativa dos cidadãos no processo de tomada de decisão, levando a criação de estruturas de governança mais tecnocráticas do que democráticas.

Nesse sentido, é indispensável reconhecer que a governança em cidades inteligentes não é uma estrutura acabada e normativa a ponto de servir com um mesmo modelo em diferentes contextos sócio-históricos. Posto isso, a governança pressupõe um arranjo de atores sociais, instituições e organizações, cujo formato continua em constante disputa. Esse processo pode ser melhor compreendido à luz das práticas sociais de Theodore Schatzki (2005), que vê a vida social não como uma ordem autossustentável, contudo como algo que se desenrola em contextos específicos, ou “sites”, os quais são fundamentais para a análise e explicação dos fenômenos sociais. Schatzki afirma que os “sites” se desenvolvem a partir de uma ontologia das práticas sociais, constituindo o lugar do social. Esses sites são compostos por uma rede de práticas e arranjos materiais (Santos & Silveira, 2015), onde formam a estrutura básica da vida social, portanto, essa rede organiza as interações e relações entre entidades humanas ou não-humanas, definindo seus papéis, significados e individualidades a partir dessas interações e posicionamentos.

A empregabilidade da ontologia das práticas sociais de Schatzki na conjuntura das Cidades Inteligentes pode ser explorada, a princípio, em como as inter-relações entre tecnologias, pessoas e instituições criam novas dinâmicas urbanas. Schatzki entende que as práticas sociais e a infraestrutura tecnológica não interagem de maneira simplesmente mecânica ou funcional, porém de forma contínua e contextual. Essa interação não somente influencia, mas também desafia e reconfigura as formas de governança, as quais são ajustadas às pressões, relações de poder e agendas de diferentes atores sociais. Ao contrário de uma visão tradicional de governança como uma estrutura estável e que somente administra a sociedade, a abordagem de Schatzki sugere que governar é um processo fluído e em constante movimento, moldado pelas práticas diárias e pelas relações materiais em contextos específicos. Isso implica que a governança, em vez de seguir uma trajetória linear ou evolutiva idealizada, está sujeita a

rupturas, tensões e contradições, refletindo as complexidades da vida social contemporânea e, por vezes, reforçando as desigualdades inerentes ao sistema.

Diante do apresentado, este trabalho se propôs a responder a seguinte pergunta de pesquisa: **Como as práticas sociais interagem na configuração da governança em cidades inteligentes a partir do estudo de caso da cidade de Londrina — Paraná?**

A cidade de Londrina, se localiza ao norte do Paraná, com uma população estimada em 555.695 habitantes, segundo o censo de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é o *lócus* desta pesquisa. Em 2024, Londrina foi classificada como uma Cidade Inteligente, ocupando a 24^a posição geral no *Ranking Connected Smart Cities*, desenvolvido pela *Urban Systems*, onde avalia o desenvolvimento urbano inteligente no Brasil, e sendo a terceira cidade inteligente do estado do Paraná. Ainda que se possa objetar a eficácia de *rankings* para a correta medição e enquadramento do que seria uma cidade inteligente, a divulgação do *ranking* da *Urban Systems* é amplamente utilizada pelo poder público e por órgãos de imprensa como qualificador da gestão pública municipal.

Sendo assim, serão apresentados o objetivo geral e os objetivos específicos, no qual esta dissertação pretende responder para uma melhor compreensão das complexas dinâmicas sociais que estão em volta das cidades inteligentes.

1.1 OBJETIVO GERAL

Compreender como as práticas sociais interagem na configuração da governança em cidades inteligentes a partir do estudo de caso da cidade de Londrina — Paraná.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Identificar as práticas sociais e institucionais que interagem na configuração da governança na cidade inteligente de Londrina, com base nas percepções dos atores-chave (gestores públicos, setor privado e academia) sobre o cenário atual e suas projeções do modelo ideal, à luz da ontologia das práticas sociais de Schatzki. Para tal, será realizado as entrevistas com os gestores das instituições identificadas, analisando os documentos oficiais disponíveis e observação participante em reuniões estratégicas a fim de que se possa capturar a dinâmica das interações.

Compreender a organização das práticas sociais e os atores envolvidos (governo, setor privado e sociedade civil), identificando tanto as presenças quanto as ausências e

omissões em seus discursos. Será feito um mapeamento de rede de atores a partir das indicações dos próprios entrevistados, uma análise crítica das falas para identificar quem é incluído ou excluído dos processos decisórios, e o confronto entre o discurso oficial e a prática observada.

Identificar os arranjos materiais que sustentam a governança da cidade inteligente, com foco nas tecnologias e infraestruturas digitais, adaptando a ontologia de Schatzki. Realizando uma análise por meio de um estudo de caso de como esses arranjos materiais condicionam ou habilitam as práticas de governança.

Compreender como os tomadores de decisão, percebem a participação cidadã no contexto das cidades inteligentes, analisando suas falas explícitas ou implícitas. Terá como base a análise de conteúdo das entrevistas, com categorização de visões sobre participação, o uso da Escada de Participação para classificar o nível de envolvimento citado e identificar as contradições entre o discurso da “cidade centrada no cidadão” e a prática relata.

Sendo assim, esta dissertação está organizada em sete capítulos, incluindo a presente introdução. No segundo capítulo, se apresenta a justificativa da pesquisa. O terceiro capítulo consiste no referencial teórico, no qual são abordados os temas centrais do estudo: as práticas sociais de Schatzki, a participação cidadã, governança e cidades inteligentes. No quarto capítulo, se expõe o percurso metodológico, detalhando o procedimento adotado para a realização da investigação. Os capítulos subsequentes são dedicados à análise dos resultados e as considerações finais. Por fim, são listados as referências bibliográficas e os apêndices que complementam o trabalho.

2 JUSTIFICATIVA

O processo investigativo tem início quando os pesquisadores investigam criticamente sobre seus próprios pressupostos, trazendo para a análise suas trajetórias pessoais, suas autopercepções e visões de mundo, bem como os posicionamentos éticos e políticos que orientam o estudo (Creswell, 2014). O pesquisador traz para a investigação determinadas teorias, paradigmas e perspectivas, que no entendimento de Guba (1990, p. 17) é um “conjunto básico de crenças que guiam a ação”.

Nos estudos qualitativos, os pressupostos epistemológicos implicam a aproximação máxima do pesquisador em relação aos seus participantes. Como as evidências são de natureza subjetiva, fundamentadas nas perspectivas dos próprios indivíduos, se torna imperiosa a realização da pesquisa em campo, ou seja, nos contextos onde os participantes vivem e trabalham. Tais ambientes são essenciais para uma compreensão significativa de seus relatos (Creswell, 2014).

A disparidade de fundamentos ontológicos e abordagens epistemológicas no campo dos estudos organizacionais tem crescido substancialmente. Pesquisas baseadas em ontologias sociais podem oferecer uma perspectiva rica para entender os fenômenos organizacionais, enriquecidos por enfoques com os estudos baseados em práticas (Passos & Bulgacov, 2019). Esses últimos se apoiam em teorias que visam compreender a realidade das organizações por meio da análise de suas práticas cotidianas.

Logo, a escolha do tema surgiu da necessidade de compreender o que define uma cidade para ser considerada “inteligente”, quais são seus principais elementos e como as estruturas de governança se relacionam com os cidadãos nesse contexto. Perante a crescente urbanização e a ausência de soluções tecnológicas na resolução de problemas urbanos complexos, a governança em cidades inteligentes vêm obtendo visibilidade na literatura acadêmica. Embora a bibliografia existente discuta os impactos das tecnologias na gestão urbana, persiste uma lacuna crítica e uma carência de estudos que utilizem a ontologia das práticas sociais (Schatzki, 2005) para examinar como a governança é diariamente negociada, contestada e reconfigurada por atores locais em contextos urbanos específicos (Nicolini, 2012). Esta pesquisa pretende preencher essa lacuna ao investigar como as práticas sociais interagem na configuração da governança em cidades inteligentes. A justificativa teórica desta pesquisa se baseia nas práticas sociais e na participação cidadã, sendo essenciais para entender como a governança se configura e opera nestas cidades.

Theodore Schatzki aborda uma ontologia do site chamada de “práticas sociais”, a qual examina a natureza e a estrutura básica da vida social e dos fenômenos sociais, sendo assim, esta ontologia norteará esta pesquisa. Schatzki (2005) sustenta que os fenômenos sociais são construções de pessoas individuais e, em algumas versões, suas relações. Trazendo essa questão para a realidade de Londrina, se pode dizer que o foco desta pesquisa está centrado em como o cidadão interage com o poder público e suas decisões. Portanto, para Schatzki, um certo tipo de contexto é central para analisar e explicar os fenômenos sociais. Os sites são um tipo de contexto, logo este contexto e a entidade contextualizada se constituem mutuamente (Schatzki, 2003).

A construção de uma ontologia que estrutura à teoria da prática social concebida por Schatzki segue um caminho evolutivo, no entanto, ao estabelecer os fundamentos de sua ontologia Schatzki (2003) articula dois conceitos principais para sua abordagem. O primeiro é o de contexto social, definido como um entrelaçado de práticas que integram conjuntos mais amplos. O segundo, é o de prática social, entendida como uma atividade organizada e possuída de significado. Esses conceitos incorporados fornecem as bases para a teoria da prática social, tencionando caminhos epistemológicos que permitem à teoria ganhar consistência e servir como lente teórica para as investigações empíricas.

Apesar do discurso hegemônico que apresenta a tecnologia como uma força neutra e inevitável para o “progresso” urbano, esta pesquisa se posiciona criticamente contra essa visão ingênua. Logo, a adoção das tecnologias digitais em cidades inteligentes não se trata de um fenômeno técnico, mas político. Carregando em si, valores, interesses e visões de mundo que, quando não problematizados, reforçam hierarquias existentes e naturalizam a exclusão. Ao utilizar a ontologia das práticas sociais de Schatzki, este estudo buscou desvelar como as tecnologias são as relações de poder, as disputas e as escolhas políticas que definem quem é incluído e quem é silenciado no processo de cidade inteligente.

A participação cidadã é um elemento central para a governança democrática em cidades inteligentes. De acordo com Cortés-Cediel, Cantador e Bolívar (2021), incluir os cidadãos nos processos de tomada de decisão é imprescindível para garantir que as soluções tecnológicas atendam às reais necessidades da população. Contudo, a participação cidadã enfrenta obstáculos, como, por exemplo, a falta de mecanismos eficientes de engajamento e a marginalização de grupos menos favorecidos. A governança pública em cidades inteligentes é fortemente impactada por interesses políticos e públicos, como as questões urbanas variam

conforme o contexto, exigem abordagens e tecnologias específicas. Dessa forma, a conjuntura do local desempenha um papel central tanto na definição dos problemas urbanos quanto nas estratégias para resolvê-los ou gerenciá-los (Jiang, Geertman & Witte, 2023).

Em linhas gerais, o mercado neoliberal organiza serviços, infraestruturas e recursos, que até então eram fornecidos pelo Estado. Houve uma mudança na propriedade do que eram bens públicos (privatização) e no fornecimento de serviços (mercantilização), impulsionados por argumentos relativos à eficiência, à competitividade e à relação custo-benefício, os quais abriram caminhos a fortes políticas de austeridade. Sendo assim, a crítica ao modelo neoliberal permeia diversas iniciativas de cidades inteligentes, argumentando que visa tratar os cidadãos como consumidores de serviços tecnológicos, em vez de participantes ativos no processo de governança. Tal crítica é fundamental para compreender as limitações e contradições das cidades inteligentes, especialmente no que diz respeito à inclusão social (Cardullo & Kitchin, 2019). Logo, o urbanismo inteligente permanece enraizado em discursos e práticas pragmáticas, instrumentais e paternalistas e não nos direitos sociais, na cidadania política e no bem comum. Pois uma cidade inteligente deveria colocar o cidadão como o ponto central dessa construção.

Desta forma, a teoria das práticas sociais de Schatzki se apresenta como uma lente analítica para compreender a governança como um processo dinâmico e contextual, no entanto, se percebeu a existência de uma lacuna metodológica precisamente na transição entre a fundamentação teórica (Schatzki) e a aplicação empírica (estudo de caso), ou seja, há uma desconexão entre a teoria e a execução prática da pesquisa. Apesar dessa lente disruptiva para estudar governança como prática, não há informação da aplicabilidade dessa teoria empiricamente em estudos urbanos. Faltam maneiras estabelecidas para conectar arranjos materiais e as práticas do dia a dia de gestores e cidadãos, determinar a temporalidade das práticas e por fim, integrar vozes marginalizadas.

A justificativa prática do estudo em questão contribui para aprimorar estratégias de governança em cidades inteligentes nos setores da sociedade, gestores públicos, iniciativa privada, acadêmicos e pesquisadores, e principalmente para a cidade de Londrina, foco deste estudo. Para a sociedade, a pesquisa buscou compreender como as tecnologias e práticas sociais podem ser integradas para resolver problemas urbanos básicos, como a mobilidade, saúde e segurança.

Se tratando da linha de pesquisa Organizações, Poder e Sociedade (OPS) a justificativa se dá em virtude que ela “foge” do tradicional positivismo/funcionalismo evidenciado nos

cursos de Administração, pois ao desafiar paradigmas do pensamento hegemônico existente no campo, por abranger estudos de caráter mais reflexivo e crítico que envolve as múltiplas relações de poder na produção e reprodução da vida organizada na sociedade, uma vez que entendemos ser central na linha de OPS a construção de análises e interpretações alternativas sobre os fenômenos organizacionais e seus efeitos sobre a vida organizada. Portanto, a linha de OPS, faz com que diversos questionamentos apareçam com relação ao tema desta dissertação (Programa de Pós-Graduação em Administração).

Sabemos que as tecnologias estão realmente presentes no nosso dia a dia e cada vez mais constantes em nossas vidas, uma vez inserida no nosso mundo é impossível sua exclusão, nesse sentido até que ponto esse consumo excessivo das tecnologias é inclusivo? Pois o discurso que vende é que as cidades inteligentes estão inserindo informação e conhecimento para os menos favorecidos, embora a realidade seja totalmente diferente, uma vez que teremos os grupos marginalizados que normalmente são esquecidos pelo poder público e pela própria população, teremos também as pessoas idosas, as quais viveram o maior tempo da vida no analógico, e são evidentes as dificuldades enfrentadas com as tecnologias.

A justificativa deste trabalho está ancorada na crítica à instrumentalização da participação cidadã no âmbito das cidades inteligentes. Sob o discurso de “colocar o cidadão no centro”, o que frequentemente se observa é a sua redução a usuário, consumidor ou fonte de dados. A ontologia de Schatzki nos permite ir além da superfície dos discursos e examinar como as práticas concretas materializam uma forma específica de (não) participação.

Este arcabouço teórico e empírico, contudo, enfrenta tensões internas. A adoção da teoria das práticas sociais de Schatzki constitui, em si, um posicionamento crítico frente a abordagens estruturalistas ou tecnologicamente deterministas. Ao eleger esta perspectiva, se assume conscientemente o risco teórico-metodológico de investigar a governança não como modelo pré-definido, mas como fenômeno em constante (re)construção prática. Essa perspectiva apresenta dois desafios, primeiro, como analisar a fluidez das práticas sociais sem se limitar a relatos isolados, e segundo, como examinar a participação cidadã de forma realista, reconhecendo que os processos de governança são, na verdade, palcos de disputa de poder onde as desigualdades são mantidas. Assim, a contribuição crítica desta pesquisa transcende o preenchimento da lacuna temática, se propondo a superar uma limitação analítica mais profunda, a necessidade de desvendar mecanismos práticos, frequentemente tácitos e

contraditórios, pelos quais a governança das cidades inteligentes é efetivamente negociada, contestada e vivenciada no cotidiano.

Apesar da literatura existente a respeito de cidades inteligentes tenha se difundido pelo mundo todo, a maioria das evidências empíricas se concentra no âmbito europeu, norteamericano e asiático (Ozkaya & Erdin, 2020; Wu et al., 2023), onde as instituições, a governança e a participação social seguem paradigmas diferentes dos observados em países em desenvolvimento. Na América Latina, e especialmente no Brasil, pesquisas sobre de que forma a governança das cidades inteligentes operam em cidades como Londrina, ainda são incipientes. Logo, se identifica uma lacuna empírica, a qual limita a compreensão de como tecnologias e práticas sociais interagem em realidades marcadas por desigualdades digitais, heterogeneidade institucional e demandas urbanas digitais. Portanto, o estudo se empenhou em contribuir com dados contextualizados, analisando as dinâmicas locais de governança em uma cidade inteligente brasileira.

Logo, esta pesquisa se justifica não apenas pela originalidade teórico-metodológica, ao articular a ontologia das práticas de Schatzki com o campo crítico das cidades inteligentes, mas por seu compromisso ético e político. Se tratando de uma investigação que recusa a naturalização do tecnocrático, questionando a neutralidade da tecnologia e buscando nas entrelinhas das práticas cotidianas de governança, os vestígios de uma cidade verdadeiramente inteligente, aquela que é construída não apenas para o cidadão, mas com o cidadão, em sua pluralidade e conflito.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 As Práticas Sociais

A ontologia social se refere à natureza do social, abordando questões como: o que é sociabilidade? E do que consiste o social? Quais são as estruturas básicas da vida social? (Schatzki, 2003). Permitindo, assim, uma divisão das ontologias sociais em dois campos distintos — o individualismo e o não individualismo (chamado por Schatzki de Societismo), sendo interpretações que diferem entre si por sua maneira de compreender como o meio social é constituído.

Para que se possa entender a realidade da ontologia do site proposto por Schatzki em seus estudos, se faz necessário, primeiro, mencionar que Schatzki sugere uma crítica ao individualismo e ao societismo, abordagens essas que já foram discutidas extensivamente na teoria social. Desta forma, a abordagem individualista privilegia o indivíduo como unidade fundamental de análise, pressupondo que ações, decisões e comportamentos humanos são os principais determinantes da ordem social. Posto isso, Schatzki (2005) critica o individualismo, argumentando que o mesmo é reducionista, uma vez que ignora os contextos maiores nos quais as ações individuais ocorrem. Por outro lado, o societismo, tem o seu enfoque na sociedade de modo geral, salientando as estruturas, instituições e sistemas como os determinantes primários da vida social. A crítica ao societismo, é que desta forma subestima a agência individual e as dinâmicas das práticas cotidianas. Schatzki (2005) considera que o societismo tende a tratar a sociedade como uma entidade subjetiva, separada das interações humanas concretas e das materialidades que dão formas a essas interações.

Portanto, ao criticar as insuficiências do individualismo e do societismo, Schatzki preconiza uma perspectiva que ultrapassa esses extremos. Defendendo que a análise social não pode se limitar estritamente às ações individuais ou às estruturas abstratas, mas deve considerar como ambas interagem no contexto de práticas e arranjos materiais. Neste contexto, a ideia de “sites” surge como um conceito central em sua ontologia, caracterizando os espaços onde os fenômenos sociais de fato ocorrem, sendo essa ontologia o caminho norteador entre o individualismo e o não-individualismo.

Theodore Schatzki (2005) apresenta sua concepção ontológica, denominada ontologia das práticas sociais, posicionada em um conjunto mais amplo conhecido como *site ontologie*, presumindo assim, que a vida social não é uma ordem autossustentável e autônoma, todavia

que existe e se desenvolve sempre “dentro” de um dado contexto singular. Assumir esse entendimento significa, portanto, que um tipo específico de contexto — ou *site* — é fundamental para compreender e elucidar os fenômenos sociais. A ontologia do site de Schatzki (2003, p. 176) pressupõem “que a vida social, ou seja, a coexistência humana, está inerentemente ligada a um tipo de contexto”, tais contextos são justapostos pelos componentes ou dimensões da vida social, as quais não são passíveis de análise individualista, em outras palavras, os fenômenos sociais só podem ser analisados examinando os locais onde a coexistência humana de fato acontece. Em vista disso, abordar a natureza do social envolve identificar o tipo de local onde a vida social existe e se desenvolve. Portanto, o local de algo é, em primeiro lugar, o local onde o fenômeno está ou ocorre. Em segundo, é a região mais ampla ou o conjunto de fenômenos em que ele existe ou ocorre. E em terceiro lugar, é aquele reino ou conjunto de fenômenos (se houver) do qual ele é intrinsecamente uma parte (Schatzki, 2003).

Schatzki (2005, pp. 467–468) aborda o termo “sites” como sendo “arenas ou conjuntos mais amplos de fenômenos”. Logo, a ontologia dos sites reconhece os contextos e a importância deles para os fenômenos sociais, e caracterizam a dimensão não individualista do social como o local onde os indivíduos agem e se relacionam. Neste sentido, Schatzki (2003) sustenta que “os fenômenos sociais são construções” de ou fora das ações e estados mentais de (e talvez as relações entre) indivíduos. Portanto, o entendimento do social para Schatzki é como um elemento irreduzível ou uma combinação de indivíduos e estruturas, como pessoas agindo nas instituições ou ocupando posições em estruturas sociais. Diante disso, as formações como governos, economias e exércitos são analisadas como conjuntos específicos de atividades e instituições, organizadas por arranjos distintos e abrangentes. Defender uma ontologia do local é afirmar que o caráter e a transformação da vida social estão inerentemente ligados ao local do social. Isto posto, para Schatzki (2003), as ontologias de locais representam uma abordagem distinta da ontologia social.

Para podermos compreender de fato a ontologia que Schatzki defende, primeiro, necessitamos entender o termo “práticas” e na sequência o termo “arranjos”, sendo as práticas explicada como uma variedade espaço-temporal estruturada, ou seja, atividades humanas organizadas, por exemplo, existem as práticas políticas, práticas culinárias, práticas recreativas e práticas religiosas (Schatzki, 2003; 2006). As práticas, como variedades de ações estruturadas, têm dois elementos fundamentais: as ações dos indivíduos e estrutura que orienta e organiza essas ações. Em virtude disso, o campo das práticas para Schatzki (2001, p. 11) “é o nexos total das práticas humanas interconectadas”. A abordagem da prática pode, portanto, ser demarcada

como todas as análises que desenvolvem uma explicação das práticas, seja o campo das práticas ou algum subdomínio dele, ou ainda tratam o campo das práticas como o lugar para estudar a natureza e a transformação de seu objeto.

Complementarmente, Schatzki explica que os “arranjos” “são conjuntos de objetos materiais — pessoas, artefatos, organismos e coisas” (Schatzki, 2006, p. 1864). Sendo assim, os “arranjos” representam o contexto físico e social onde as práticas acontecem, fornecendo os elementos indispensáveis para as ações serem realizadas e sustentadas. Por exemplo, nas práticas políticas, os arranjos englobam instituições como câmaras legislativas, documentos legais, espaços de assembleia e as pessoas que desempenham funções políticas. Esses elementos, juntos, criam o cenário que viabiliza e organiza as interações e atividades práticas. Diante disso, as “práticas” e os “arranjos” se complementam, enquanto as práticas são atividades humanas organizadas, os arranjos constituem a base material e estrutural que as sustenta. Portanto, esses arranjos não somente permitem que as práticas ocorram, mas também moldam e influenciam sua execução. Assim, para Schatzki, a análise conjunta das práticas e arranjos oferece uma compreensão mais completa das ações humanas, ao examinar tanto as atividades quanto o contexto material em que elas se realizam. Consequentemente, as práticas sociais governam tanto os significados das entidades organizadas quanto as ações que provocam arranjos, e que essa governança é a base da ordem social (Schatzki, 2001).

Schatzki articula sua ontologia das práticas sociais se apoiando na ideia de que o social é composto por uma “malha” — um emaranhado que não simplesmente conecta nexos de práticas, mas também incorpora arranjos materiais. Posto isso, a malha constitui a ordem fundamental que estrutura a vida social, funcionando como o *lócus* onde entidades humanas e não humanas interagem, se posicionam mutuamente e adquirem significado e identidade. Para ele, essa rede de práticas e materiais é o contexto essencial no qual a coexistência humana se desenrola, marcando a dinâmica e a organização social.

As práticas sociais, no entendimento de Schatzki (2001) governam tanto os significados das entidades organizadas quanto às ações que provocam arranjos, e que essa governança é a base da ordem social. Por isso, no contexto destas práticas se tem um conjunto de ações, o qual é organizado por três fenômenos: entendimento de como fazer as coisas, regras e estrutura teleoafetiva (Schatzki, 2005). O entendimento está relacionado ao “saber fazer”, podem ser tratados como habilidades empregadas na execução das ações, e ajudam a definir o significado das distintas situações com as quais os atores se deparam. Por regras, Schatzki (2005, p. 471)

afirma existir “formulações explícitas que prescrevem, exigem ou instruem que tal e tal seja feito, dito ou o caso”. Já a estrutura teleoafetiva, “é uma matriz de fins, projetos e usos (de coisas) e até emoções que são aceitáveis ou prescritas para os participantes das práticas” (p. 472), tanto explícitas quanto implícitas, que orientam a conduta dos indivíduos (Schatzki, 2003; 2005). Uma estrutura teleoafetiva para Schatzki está relacionada à forma como as ações humanas são orientadas por objetivos, metas ou propósitos, não se trata unicamente de categorizar ações como “certas” ou “erradas”, mas de reconhecer que algumas podem ser consideradas aceitáveis, mesmo que não correspondam exatamente ao ideal esperado (Santos & Silveira, 2015).

Portanto, as práticas, os arranjos e as malhas se entrelaçam intrinsecamente (Schatzki, 2005). E quando trazemos para a governança em cidades inteligentes, a “prática” pode ser exemplificada pela coleta de dados por meio de aplicativos de transporte público que monitoram os congestionamentos. Os “arranjos” correspondem à infraestrutura tecnológica necessária, como sensores de tráfego e servidores de dados. Já a “malha” se refere à interação entre os cidadãos que utilizam os aplicativos, os sistemas que processam os dados e os tomadores de decisão que ajustam políticas públicas com base nas informações coletadas.

A “inteligibilidade prática” se refere a um fenômeno teleológico se manifestando no nível das atividades cotidianas, na forma como os indivíduos criam sentido ou enfrentam situações. Assim sendo, a ontologia do local como nexos de prática carrega espaços de inteligência (Schatzki, 2003). Essa inteligibilidade é compreensível para o ator, mesmo que não dependa explicitamente de princípios racionais, normas prescritas ou correção científica (Schatzki, 2003). A ligação entre o conceito de “inteligibilidade prática” e o de “feixe de práticas” reside na forma como ambos reforçam a interdependência entre ações individuais e os contextos materiais e sociais que as sustentam. Enquanto a inteligibilidade prática explora como os atores conferem sentido às suas ações de maneira teleológica e contextual (Schatzki, 2003), o conceito de feixe de práticas enfatiza que essas ações não ocorrem isoladamente, contudo, estão integradas a arranjos materiais e sociais que orientam, limitam e possibilitam as práticas cotidianas (Schatzki, 2003; 2005). Dessa forma, a inteligibilidade prática opera como um elemento central nos feixes de práticas, permitindo aos indivíduos navegarem pelas estruturas organizacionais e sociais enquanto interagem com arranjos materiais moldando suas experiências. Ambos os conceitos fornecem uma perspectiva ampliada para entender a relação dinâmica entre práticas humanas e estruturas materiais no âmbito das organizações e da vida social.

Uma organização pode ser entendida como um “feixe de práticas”, onde as ações humanas e arranjos materiais estão interligados. Esses arranjos não somente estruturam as práticas, como também as viabilizam, destacando a relação de interdependência entre pessoas e infraestrutura. De acordo com Schatzki (2003), as práticas sociais não existem isoladamente, elas formam redes interconectadas que abrangem tanto elementos humanos, como normas e entendimentos, quanto materiais, como tecnologias e infraestruturas. Essa concepção supera abordagens dualistas tradicionais ao enfatizar que o social é construído na intersecção entre práticas e contextos materiais, permitindo uma análise mais integrada das dinâmicas organizacionais e sociais. Santos e Silveira (2015) ampliam essa visão ao destacar que a ideia de feixe de práticas é essencial para compreender como o território e as relações sociais se configuram em um contexto mais amplo de interações humanas e materiais. Assim, a noção de práticas interconectadas fornece uma estrutura analítica robusta para examinar não exclusivamente organizações, mas também fenômenos sociais complexos.

A afirmação, na qual, uma organização é um feixe de práticas e arranjos sugere que seja composta por práticas interconectadas, as quais se desenvolvem em meio a estruturas materiais interligadas (Schatzki, 2005). Significa, assim, que uma organização não se limita tão-somente às ações e atividades de seus membros, além de envolver a infraestrutura física, os sistemas e as normas que sustentam e orientam essas ações, criando um contexto integrado onde todos esses elementos se influenciam mutuamente. Barnes (1995) corrobora quando explica que as interações são acontecimentos ou fatos que ocorrem às pessoas, consistem em indivíduos que agem uns em relação aos outros com base nos seus conhecimentos, preferências, desejos e compromissos.

Os sistemas sociais têm sido caracterizados como matrizes contínuas e autorreprodutoras de práticas compartilhadas, e as disposições estruturadas para gerar tais práticas se tornaram centrais para a compreensão de fenômenos sociais e culturais de todos os tipos (Barnes, 2001). O vínculo entre arranjos e práticas forja o espaço social, modificando tanto os arranjos quanto as próprias práticas, que, por sua vez, dependem fortemente desses arranjos (Costa & Pinto, 2021). Contudo, Schatzki (2002) justifica o argumento que as práticas sociais ilustram a realidade da ordem social na qual estão inseridas, reafirmando os elementos centrais para sua teoria. O entendimento norteia às regras e conecta as ações que constituem uma determinada prática, estruturando uma consciência coletiva onde estipula o que dá sentido ao que as pessoas fazem. Schatzki ressalta que é no social que os entendimentos são formados, e não no individual. Compreender essa ótica e suas inter-relações é indispensável para assimilar

a teoria das práticas sociais, uma vez que Schatzki estabelece sua abordagem justamente a partir desses elementos.

3.2 Participação Cidadã

A participação cidadã pode ser compreendida não como um ato isolado, mas como um fenômeno social complexo e situado, constituído pela intrincada interligação entre elementos materiais, competências e compreensões partilhadas, segundo a teoria das práticas sociais de Theodore Schatzki (2003; 2005). Deste modo, a retórica das cidades inteligentes vem se validando como um modelo urbanístico hegemônico, sendo propagado como solução indiscutível para os desafios urbanos contemporâneos. No entanto, sob o discurso de eficiência e inovação, se esconde uma lógica excessivamente tecnocrática e instrumental, a qual reduz a complexidade urbana às métricas quantificáveis e governança algorítmica (Cardullo & Kitchin, 2018). Apesar da frequente menção ao conceito de “cidadão no centro”, sua materialização prática permanece vaga, quando não inteiramente subordinada a interesses corporativos e estatais.

A participação cidadã é um processo no qual os cidadãos são ativamente envolvidos na tomada de decisões e nas atividades locais, garantindo que o poder não fique restrito exclusivamente aos representantes eleitos (Jäntti et al., 2023). Esse tipo de participação permite que a população influencie diretamente os rumos das políticas governamentais e ações locais. No entanto, esse conceito enfrenta dificuldades práticas quando inseridos em estruturas institucionais democráticas, pois ainda não está claro como incorporar a participação cidadã no setor público (Ebdon & Franklin, 2006).

Essa participação possui algumas funções importantes, em primeiro lugar, uma função educacional, na qual os cidadãos aprimoram suas habilidades cívicas e se tornam mais competentes ao contribuir na tomada de decisões públicas. E em segundo lugar, a democracia participativa possui uma função integrativa, fortalecendo virtudes cívicas e promovendo um senso de pertencimento e responsabilidade na comunidade (Michels, 2019). Sendo assim, a participação cidadã pode atender a uma ampla variedade de objetivos, tais quais: a promoção da justiça social, melhorar a qualidade de políticas públicas, planos e projetos, gerar suporte para políticas e sua implementação ou melhorar a capacidade adaptativa para a resolução de problemas (Michels & Binnema, 2019). Contudo, a participação cidadã emerge a partir das tensões existentes entre o aparelho burocrático público e pressões para maior abertura e transparência nas decisões políticas (Cortés-Cediel, Cantador & Bolivar, 2021).

A participação cidadã, em primeiro lugar, passou a ser vista como uma forma de abertura do governo, visando aumentar a transparência, fortalecer a democracia e promover uma maior inclusão. Em segundo, ela surgiu como uma resposta à crise da democracia representativa, apontando a necessidade de reconfigurar as formas de envolvimento político. Por fim, a colaboração direta com os cidadãos passou a ser considerada essencial para abordar e resolver problemas sociais complexos (Jäntti et al., 2023). Esses desenvolvimentos evidenciam a crescente demanda social por ampliação de oportunidades de participação cidadã e para influenciar a tomada de decisões locais. O que parece benéfico do ponto de vista teórico, encontra dificuldades no ponto de vista de aplicações e práticas (Boukhris et al., 2015). Devido à gestão inadequada de crises sanitárias, e à pressão para que governos se alinhem a um cenário mais global, muitos cidadãos se sentem ignorados e mal compreendidos (Muñoz, Muñoz & Bolívar, 2022). Essa falta de representatividade e atenção gera uma crescente insatisfação e desilusão em relação às administrações públicas, que parecem distantes das necessidades reais da população.

Os cidadãos ao serem submetidos a mudanças urbanas desempenham um papel essencial, não somente como observadores passivos, mas como atores diretamente impactados pelas transformações em seus bairros e cotidiano. Posicionando-os de maneira singular para identificar desafios, criticar propostas e influenciar decisões sobre o futuro das cidades (Wilson & Tewdwr-Jones, 2020). Contudo, a efetiva incorporação dessas perspectivas muitas vezes enfrenta barreiras institucionais e políticas que reduzem sua influência a meras consultas simbólicas, levantando questões sobre a legitimidade e equidade nos processos de planejamento urbano. Entretanto, Doce et al. (2022) descobriram que nas redes de governança de cidades inteligentes, a incumbência do público é um tanto quanto fraca devido à falta de mecanismos que de fato promovam a participação, o diálogo e a voz dos cidadãos. Tal ausência se fundamenta em uma narrativa política que possibilita o desenvolvimento econômico, permitindo, assim, que tão-somente interesses relevantes limitados façam parte da arena de governança.

Desta forma, a participação dos cidadãos na administração pública é considerada como trazendo mais legitimidade e eficácia, embora esta não seja a única justificativa para a participação cidadã. Dacombe e Wojciechowska (2024) promovem um diálogo construtivo, indicando que a inclusão de perspectivas da teoria democrática pode adicionar uma nova visão às análises da administração pública sobre a participação cidadã, ao passo que testa conceitos estabelecidos em novos ambientes, logo, é caracterizada como um problema “perverso” em

virtude de outra pesquisa (Boukhris et al., 2015) que percebeu a tensão que há entre as exigências de uma atividade burocrática racionalmente organizada e um sistema social e político democrático (Cortés-Cediel, Cantador & Bolivar, 2021).

Se existem dificuldades práticas, se ainda há pouca evidência “[...] dos benefícios democráticos que acreditam que podem resultar de um maior envolvimento” (Dacombe & Wojciechowska, 2024, p. 04), restringir a participação dos cidadãos na administração pública é, no mínimo, uma medida “[...] antidemocrática e contrárias aos princípios organizadores da sociedade moderna” Dacombe e Wojciechowska (2024, p. 03). Incentivar a participação cidadã pode gerar diversas formas de engajamento social, incluindo aprendizado coletivo, fortalecimento do sentimento de pertencimento e conscientização ambiental. Além disso, promove maior inclusão e equidade, contribuindo para a entrega de serviços públicos mais eficazes e ajustados às necessidades locais. Esse tipo de engajamento também fomenta uma cidadania mais ativa e tolerante, enquanto melhora o desempenho das organizações públicas ao integrar os cidadãos nos processos de decisão e implementação de políticas (Kiss et al., 2022; Boukhris et al., 2015).

Na participação cidadã existem duas formas de engajamento, a cocriação e a coprodução. O surgimento da cocriação denota a área dos negócios e do *marketing*, onde os consumidores podem influenciar o processo de produção e o produto final (Leino & Puumala, 2021). Já a cocriação no setor público, embora frequentemente exaltada por seu potencial de engajamento cidadão e colaboração entre diferentes atores, exige uma análise crítica de suas implicações práticas e teóricas. O conceito de cocriação sugere uma participação ativa dos cidadãos em todos os estágios de formulação e implementação de políticas públicas, entretanto, nem sempre considera as desigualdades estruturais que podem limitar a voz e a influência de certos grupos.

Ao envolver leigos, governos e organizações em esforços colaborativos, há o risco de que o processo seja dominado por atores mais bem posicionados, marginalizando perspectivas divergentes ou menos articuladas. Além disso, o papel do cidadão como iniciador de processos cocriativos ignora frequentemente as barreiras institucionais e culturais que restringem a participação significativa, colocando em xeque a verdadeira equidade e eficácia dessa abordagem (Leino & Puumala, 2021; Godinho et al., 2021; Regal et al., 2024). Diante do exposto, a noção de cocriação evidencia a inovação e a criatividade, implicando mudanças

fundamentais no que se refere aos papéis, posições e relacionamentos entre as partes interessadas.

A coprodução, por outro lado, se caracteriza por ser uma forma de abordar o “déficit democrático” em sistemas democráticos livres (Dacombe & Wojciechowska, 2024). Logo, a coprodução está situada no campo da participação cidadã e da gestão pública, onde a colaboração é promovida como um meio de melhorar a qualidade dos serviços (Broadhurst, 2022). Complementarmente, Honingh, Bondarouk e Brandsen (2020) afirmam que a coprodução envolve os cidadãos na concepção e prestação de serviços. Markussen (2023) pressupõe que as tecnologias na coprodução tenham agência material, significando que não são ferramentas passivas, ainda, sim, são participantes ativos na produção de segurança, contudo, a coprodução destaca como as tecnologias produzem exclusivamente ordens sociais ao exercer agência material, todavia, também é socialmente constituída.

A coprodução de serviços com os usuários é anunciada como algo que leva a serviços de cidades inteligentes mais eficazes e eficientes, proporcionando, assim, maiores níveis de satisfação dos cidadãos e da comunidade (Paskaleva, Evans & Watson, 2021). No entanto, a coprodução dos impactos das iniciativas de cidades inteligentes, conduzidas por governos locais, contribui para o entendimento de como os ecossistemas de inovação podem moldar o desenvolvimento de cidades inteligentes, em meio as configurações de governança urbana existente. Sejam projetos “oportunistas” que implementam tecnologias para atender a soluções em escala urbana (redes de sensores) ou iniciativas “acidentais” que visam aprimorar os serviços aos cidadãos (Paskaleva, Evans & Watson, 2021). Se a coprodução for implementada nas cidades inteligentes, o cidadão não será mais tratado como usuários passivos dos serviços urbanos, mas como participantes ativos na construção e gestão do espaço urbano (Honingh, Bondarouk & Brandsen, 2020).

As complexidades na agregação de preferências individuais em decisões coletivas as quais respeitem os princípios democráticos de justiça e representatividade são destacadas no campo teórico. Embora a participação cidadã seja muitas vezes valorizada como um princípio fundamental da democracia, as práticas participativas podem conter distorções e manipulações quando os métodos de inserção e as escolhas procedimentais são inapropriados ou enviesados. Empiricamente, se reconhece a imprecisão na aplicabilidade dos métodos participativos, enfatizando que iniciativas mal estruturadas podem comprometer a legitimidade e a eficácia das políticas resultantes (Dacombe & Wojciechowska, 2024), enfraquecendo, assim, as

políticas públicas e expondo as contradições entre os princípios democráticos e as práticas institucionais.

Incorporar a participação cidadã nas práticas governamentais é uma tarefa complexa e com inúmeros desafios, principalmente pela necessidade de ajustar as dinâmicas da governança interativa às estruturas e limites das instituições democráticas (Jäntti et al., 2023). Para além de incluir a opinião pública, esse processo demanda um equilíbrio cuidadoso, é essencial permitir que os cidadãos exerçam uma influência efetiva nas decisões governamentais, ao mesmo tempo, em que se deve evitar que essas interações diluam a responsabilidade institucional ou favoreçam interesses específicos sob o pretexto de inclusão.

Um problema enfrentado pelos formuladores de políticas é, então, como planejar dados urbanos para garantir a participação dos cidadãos na coprodução de soluções em design e entrega de serviços públicos (Bayat & Kawalek, 2021). Entretanto, para que se possa enfrentar os desafios relacionados à participação cidadã, é fundamental uma ampla compreensão das múltiplas dimensões envolvidas na sua incorporação ao governo. Com base em estudos anteriores (Jäntti et al., 2023), identificaram três camadas fundamentais de governança para integrar a participação cidadã em organizações públicas: a camada estratégica, relacionada à definição de visão e objetivos políticos; a camada executiva, centrada nas práticas de gestão; e a camada de interface cidadã, que engloba os instrumentos e processos voltados para a participação dos cidadãos. Essas camadas refletem uma estrutura integrada que visa conectar planejamento, execução e engajamento cívico de maneira coesa e funcional.

A camada estratégica visa estabelecer uma visão clara na promoção da participação cidadã e fortalecer a governança democrática. Para isso, se adotou ferramentas de resolução de conflitos e proteger decisões contra resistências, garantindo legitimidade aos processos decisórios, facilitando, assim, a troca de conhecimentos entre as partes, esta camada permite uma definição mais precisa de problemas e soluções. Desta forma, identificando uma cadeia de valor ampla, alinhando objetivos divergentes para melhorar as condições de resolução colaborativa de problemas e fomentar uma governança inclusiva (Jäntti et al., 2023).

A camada executiva foca em práticas de gestão que promovam um design institucional participativo, integrando decisões coletivas alinhando a tomada de decisão formal ao envolvimento dos cidadãos. Estabelecendo, assim, conexões entre processos interativos e o sistema de decisão vigente, além de coordenar recursos financeiros, humanos e tecnológicos a fim de garantir uma participação cidadã inclusiva e efetiva. Ao redefinir os papéis dos atores,

essa camada promove o engajamento político desde as fases iniciais, facilitando uma integração efetiva dos processos interativos na administração pública (Jäntti et al., 2023).

A camada de interface do cidadão foca em instrumentos e processos facilitando a participação cidadã, aplicando e desenvolvendo métodos participativos variados, como conselhos de cidadãos, *fóruns*, pesquisas, workshops de cocriação e orçamentos participativos. Sendo assim, os métodos promovem um ambiente de diálogo, troca de conhecimento e colaboração direcionada à resolução de problemas. Tendo em vista, essa camada aspira criar resultados políticos eficazes e legítimos, traduzindo a vontade popular em decisões políticas que atendam às expectativas dos cidadãos e aumentem sua satisfação com as políticas governamentais implementadas (Jäntti et al., 2023).

O comprometimento dos cidadãos é uma dimensão urgente para o desenvolvimento de cidades inteligentes. Na concepção de uma cidade do futuro, os cidadãos terão um papel cada vez mais ativo no processo de tomada de decisão sobre diversas questões relacionadas ao crescimento e desenvolvimento urbano (Boukhris et al., 2015). Deste modo, esse envolvimento garante que as políticas e iniciativas sejam mais inclusivas e refletem as necessidades reais da população. Os autores ainda esclarecem que o envolvimento dos cidadãos é uma nova forma de democracia no qual os cidadãos fazem parte do processo de tomada de decisão no que diz respeito ao desenvolvimento da sua cidade.

Com a expansão das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e sua aplicação em cidades inteligentes (CIs), que combinam infraestruturas humanas e tecnológicas (Bagloee et al., 2021), novas possibilidades de gestão pública vêm emergindo. No entanto, essas inovações provocam uma transformação significativa na administração do setor público, sendo frequentemente caracterizadas como “tecnologias disruptivas” devido à capacidade de remodelar práticas tradicionais e otimizar processos governamentais (Cortés-Cediel, Cantador & Bolivar, 2021).

Essa transformação representa uma mudança de “gestão da cidade para o público” em prol de uma abordagem de “gestão da cidade em colaboração com o público”. Esse modelo reforça a ideia de que as políticas públicas poderão atender de forma mais efetiva às necessidades e expectativas dos cidadãos ao envolvê-los diretamente nos processos de tomada de decisão (Cortés-Cediel, Cantador & Bolivar, 2021). Portanto, o cenário atual e o arcabouço das Cidades Inteligentes privilegiam uma abordagem tecnocrática e determinista, no qual, frequentemente marginaliza a participação cidadã no discurso de transformação urbana.

Reforçando assim, uma inclusão social insuficiente e pouco representativa, deixando de lado grandes segmentos populacionais que, por falta de tempo, habilidade ou até confiança no sistema, acabam não se envolvendo nos processos decisórios (Cortés-Cediel, Cantador & Bolívar, 2021). Isso não só ameaça a qualidade democrática das cidades como também revela a participação cidadã sob uma ótica utilitarista, onde é vista mais como um meio funcional para legitimar decisões já tomadas do que como um fim inclusivo e autônomo.

Avritzer (2008) observa que a participação cidadã no Brasil se estrutura diversamente, especialmente a partir do Estatuto da Cidade de 2001, que exige das cidades com mais de 20 mil habitantes a elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM), o qual, por meio da obrigatoriedade de audiências públicas, configura um desenho institucional conhecido como ratificação, que varia em três aspectos principais: a organização da participação, a relação do Estado com essa participação e as exigências legais de implementação pelo governo.

Por instituições participativas, Avritzer (2008, p. 45) entende que “são formas distintas de incorporar cidadãos e associações da sociedade civil na deliberação de políticas”, afirmando, assim, a existência de três formas de participação. A primeira é o desenho participativo de baixo para cima, exemplificado pelo Orçamento Participativo (OP) no Brasil, que permite a participação livre de cidadãos, a segunda, é a partilha de poder, onde atores estatais e da sociedade civil atuam juntos em uma instituição, e a terceira, é a ratificação pública, na qual os cidadãos não participam da decisão, mas são convocados a validar o resultado publicamente. Levando isso em conta, as instituições participativas diferem em sua capacidade de democratizar o governo, com as principais variações ligadas ao contexto da organização da sociedade civil e à presença de atores políticos que apoiam unificadamente os processos participativos. Portanto, os cidadãos são transformados de sujeitos passivos na tomada de decisões para atores ativos, os quais influenciam as decisões do governo e exigem processos mais participativos, transparentes e responsáveis (Cortés-Cediel, Cantador & Bolívar, 2021). A participação cidadã não deve ser vista, meramente, como uma simples dicotomia entre o envolvimento ou a exclusão dos cidadãos.

A governança participativa foi definida como processos e estruturas de tomada de decisão pública que não se limitam ao governo, mas envolvem uma variedade de atores, entre os quais, os cidadãos adquiriram um papel de participação significativa (Cortés-Cediel, Cantador & Bolívar, 2021; Tan et al., 2021). Logo, uma cidade inteligente por natureza requer a participação e o engajamento das pessoas na gestão e governança da cidade e a participação

dos cidadãos fortalece a confiança que eles têm na sociedade, em seus conhecimentos sobre política e no exercício da cidadania. Embora seja importante reconhecer a existência de diversas perspectivas sobre os benefícios da participação cidadã, muitos relatos continuam tratando seu valor como algo indiscutível, sem questionar ou examinar criticamente suas implicações (Dacombe & Wojciechowska, 2024). O debate científico sobre a participação cidadã em cidades inteligentes se concentra em passar do determinismo tecnocrático para o envolvimento dos cidadãos em modelos de governança (Cortés-Cediel, Cantador & Bolívar, 2021).

Partindo desse pressuposto, Sherry Arnstein (1969) cria, o que ela chama de “escada de participação cidadã”, visando testar dedutivamente tanto a validade da estrutura teórica quanto a extensão na qual as cidades inteligentes são voltadas de fato para o cidadão. A escada possui oito degraus, representando os distintos níveis de participação nos processos de decisão pública, destacando, portanto, que nem toda forma de “participação” é, de fato, expressiva. Arnstein divide a escada em três grupos, sendo, o grupo 01 o da “Não Participação”, grupo 02, é a “Participação Simbólica”, ou *Tokenismo*, e por fim, o grupo 03 é o “Poder Cidadão”, como pode ser exemplificado no quadro 01.

Quadro 01: Escada de Participação Cidadã da Arnstein

Níveis de Participação		
Não participação	Degrau 1: Manipulação	Os cidadãos são usados para legitimar decisões já tomadas.
	Degrau 2: Terapia	A participação serve apenas para “curar” ou ajustar o comportamento das pessoas, não para ouvi-las.
Participação Simbólica ou <i>Tokenismo</i>	Degrau 3: Informação	O governo informa os cidadãos, mas a comunicação é unidirecional.
	Degrau 4: Consulta	Os cidadãos são ouvidos, por exemplo, em audiências públicas, porém, sua opinião pode ser ignorada.
	Degrau 5: Apaziguamento	Cidadãos participam em comitês, contudo, o poder decisório continua com o governo.
Poder Cidadão	Degrau 6: Parceria	Cidadãos compartilham poder com o governo.
	Degrau 7: Delegação de Poder	Cidadãos têm controle significativo, porém, o poder decisório continua com o governo.
	Degrau 8: Controle do cidadão	Controle cidadão, cidadãos desfavorecidos obtêm a maioria dos assentos de tomada de decisão, ou ao poder gerencial total.

Fonte: Arnstein, 1969, [tradução nossa].

Nos degraus mais baixos, se encontram as formas de “não participação” (manipulação e terapia), as quais são projetadas para direcionar e educar as pessoas de maneira formal e de cima para baixo, orientando-as e controlando-as. Em seguida, ela define o “*tokenismo*” (informação, consulta e apaziguamento) como uma forma de participação na qual as pessoas têm voz e algum grau de autonomia, embora raramente consigam mudar diretamente o status quo das decisões e dos planos já tomados em outros lugares. Os três degraus superiores dizem respeito ao “poder do cidadão”, onde se tem a “parceria”, na qual os cidadãos podem assumir um papel participativo ativo e compartilhar a tomada de decisões com detentores de poder dominantes, se tem o “poder delegado”, no qual os cidadãos são atores plenos e têm um papel preponderante na tomada de decisões, e por fim, se tem o “controle do cidadão”, onde os cidadãos que não têm poder obtêm poder gerencial total.

No entendimento de Arnstein, a “Não Participação” é manipulativa e simbólica, onde o cidadão não tem poder real. Enquanto no “*Tokenismo*”, os cidadãos são ouvidos, mas não têm autoridade para influenciar as decisões. E no “Poder Cidadão”, os cidadãos realmente influenciam e controlam as decisões. Arnstein (1969) acreditava que a participação e o poder podiam trabalhar juntos, refletindo um ideal de sociedade mais igualitária e justa no que diz respeito ao planejamento e à tomada de decisões. Embora a pesquisa de Arnstein seja relevante para identificar práticas genuinamente participativas nas cidades, Cardullo e Kitchin (2018) tecem algumas críticas com relação à escada de participação, e para o entendimento deles, a escada seria mais um andaime e colocam mais um degrau com base na escada original. Existe uma distinção terminológica nos estudos sobre participação cidadã, Arnstein (1969) cunha o termo “escada da participação”, ao passo que Cardullo e Kitchin (2018) introduzem o conceito de “andaime”. Para fins desta pesquisa, preferiu a utilização do termo seminal, “escada da participação”.

Cardullo e Kitchin (2018) reformulam a escada de Arnstein, usando sua estrutura inicial, no entanto, ampliam-na para possibilitar um vasto arcabouço conceitual. Essa reformulação constituiu em acrescentar um nono degrau a coluna de nível de participação, o qual os autores chamaram de “escolha”. Sendo reconfigurada como a escada da participação inteligente do cidadão. Logo, usam a “escada” para revisitar criticamente até que ponto as iniciativas de cidades inteligentes são efetivamente “centradas no cidadão” para abordar construtivamente as críticas tecnocráticas. Embora a escada possa ser utilizada como estratégia para avaliar como os cidadãos sejam concebidos e posicionados nas iniciativas de cidades inteligentes, ao inserir o degrau da escolha questionam se as estruturas de governança digital realmente permitem que os indivíduos transcendam seu papel de meros “usuários” ou “fontes de dados” para assumirem posições de cocriação e controle.

Os autores fazem críticas, se questionando até que ponto as iniciativas se baseiam e reproduzem as práticas discursivas e materiais da cidade inteligente neoliberal realmente existente, pois Cardullo e Kitchin (2018) entendem que o planejamento é um exercício tecnocrático, de cima para baixo, que leva pouco em conta as opiniões ou os desejos dos cidadãos. Conforme os participantes de cidades inteligentes, a participação cidadã pode complementar, contudo, não substituí as instituições democráticas (Cortés-Cediel, Cantador & Bolívar, 2021). Para tanto, a utilização das tecnologias digitais na gestão urbana requer um nível significativo de confiança por parte dos cidadãos antes de poder ser incorporada em processos colaborativos e criativos (Jirón et al., 2021). Os cidadãos oferecem seus pontos de vista, que

podem ser considerados novos dados a serem integrados ao processo de tomada de decisão pelos formuladores de políticas. Isso assegura que as decisões sejam mais alinhadas com as necessidades e expectativas da população (Boukhris et al., 2015). Embora a literatura existente demonstra um grande desafio no envolvimento dos cidadãos nas decisões públicas para as cidades inteligentes (Cortés-Cediel, Cantador & Bolivar, 2021).

Mesmo que os projetos de cidades inteligentes estejam longe de viabilizar a participação democrática ou emancipação social, seguidamente operam como mecanismos de controle, fortalecendo, assim, as estruturas neoliberais de gestão urbana e aprofundando a mercantilização do espaço público (Cardullo & Kitchin, 2018). Desta forma, elas não somente naturalizam, mas promovem uma percepção neoliberal de cidadania, reduzindo-a à lógica do consumidor autônomo — livre para “escolher” dentro dos limites pré-estabelecidos por mercados e governos tecnocráticos. Logo, a participação cidadã entra em conflito com as práticas governamentais burocráticas tradicionais, consequentemente, incorporar a participação cidadã no governo não é uma tarefa fácil, não pode ser meramente “adicionada” às estruturas existentes (Jäntti et al., 2023), entretanto, deve ser implementada por meio de governança.

Portanto, o discurso existente nas cidades inteligentes contrapõe uma dupla narrativa, se por um lado, exalta a autogestão individual, transferindo responsabilidades para os cidadãos, por outro lado, impõe um paternalismo corporativo-estatal, no qual os governos e empresas definem, de cima para baixo, o que é “melhor” para a população, sem diálogo ou garantia de direitos coletivos (Cardullo & Kitchin, 2018). A pergunta que persiste é: que tipo de sujeito político, e, portanto, que tipo de cidade, está sendo produzido ou reproduzido por esse modelo?

3.3 CIDADES INTELIGENTES

Nas últimas décadas, a ideia de cidades inteligentes se tornou gradativamente mais popular para considerar as adversidades complexas que as cidades enfrentam, sendo assim, uma extensa literatura internacional sobre o conceito de cidades inteligentes explora seus limites, modelos e implicações. Para Zhu et al. (2024), as iniciativas de cidades inteligentes estão diretamente ligadas ao contexto, sejam eles econômicos, institucionais, culturais e geográficos, os quais vêm apresentando características e padrões diferentes. Para os autores Hartog, Akker e Houdt (2024), Nguyen, Nawara e Kashef, (2024), Cortés-Cediel, Cantador e Bolivar, (2021) as cidades inteligentes se fundem em seis elementos: economia inteligente, mobilidade inteligente, cidadãos inteligentes, governança inteligente, vida inteligente e ambiente inteligente, conforme o Quadro 02.

Quadro 02: Elementos de cidades inteligentes

TERMO	CONCEITO
Economia Inteligente	Envolve todas as ações que serão realizadas em uma cidade sob uma perspectiva de inovação econômica e produtividade.
Mobilidade Inteligente	Abarca ações destinadas a alcançar uma gestão sustentável do tráfego e do transporte em uma cidade, bem como aumentar a acessibilidade aos espaços públicos.
Cidadãos Inteligente	Concerne às ações que abordam questões sociais, como a construção de uma sociedade inclusiva e participativa.
Governança Inteligente	Inclui todas as ações relacionadas aos modelos de governança seguidos entre os atores da cidade.
Vida Inteligente	Reúne todas os procedimentos direcionados às necessidades dos cidadãos, como saúde, segurança, educação, cultura e lazer.
Ambiente Inteligente	Se refere a conduta destinada a permitir uma gestão sustentável dos recursos em uma cidade.

Fonte: adaptado de Hartog, Akker e Houdt (2024); Nguyen, Nawara e Kashef, (2024); Cortés-Cediel, Cantador e Bolívar, (2021).

Portanto, existem diversas iniciativas para se formular uma conceituação do que seria uma cidade inteligente, as quais assumiram diferentes interpretações, nesse sentido, Walravens, (2015), Obringer e Nateghi (2021) identificaram diversas áreas que estas cidades devem se concentrar para serem consideradas “mais inteligentes”, tais como competitividade, capital social e humano, participação, transportes, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), recursos naturais e qualidade de vida.

O conceito destas cidades visa otimizar o uso de recursos públicos e melhorar a qualidade dos serviços oferecidos aos cidadãos. Tais benefícios decorrentes da implantação de cidades inteligentes incluem, mas não se limitam, a melhorias no transporte, vigilância, manutenção e instalações de saúde (Nguyen, Nawara & Kashef, 2024). Sendo assim, a construção de uma cidade inteligente envolve a integração de novas tecnologias, a utilização efetiva de dados e o estabelecimento de uma plataforma *one-stop* abrangente. A cidade para ser considerada “inteligente” recorre à Tecnologia de Informação e Comunicação, aumentando assim a eficácia administrativa, disseminando informações ao público e melhorando o padrão dos serviços públicos e o bem-estar dos cidadãos (Chen et al., 2024; Hashim, 2024). No entanto, Jirón et al. (2021) acreditam que o discurso por trás das cidades inteligentes pode servir como uma distração de problemas urbanos estruturais ou complexos.

O consenso mais claro, interpreta as cidades inteligentes como uma forma de urbanização impulsionada pela tecnologia (Jirón et al., 2021), sendo as inovações em

inteligência Artificial (IA) e o avanço das tecnologias da Internet das Coisas (IoT), consequentemente, são os dois fatores essenciais que viabilizaram as iniciativas de cidades inteligentes. Contudo, a proteção contra ataques cibernéticos se torna uma preocupação, visto que a enorme quantidade de dados gerados e compartilhados aumenta significativamente a vulnerabilidade dessas cidades a ações maliciosas. Todavia, a questão não se resume somente à importância de proteger essas informações, e sim ao fato de que, sem uma abordagem robusta e crítica à segurança cibernética, a própria funcionalidade e segurança das cidades inteligentes estão em risco (Xia, Semirumi & Rezaei, 2023).

Se desconectar da internet hoje não é uma alternativa prática, pois os benefícios proporcionados por ela são vastamente superiores aos riscos que ela apresenta. Xia, Semirumi e Rezaei (2023) ainda defendem que apesar das ameaças associadas ao uso da rede, as oportunidades e as facilidades que ela oferece, como acesso à informação, conectividade global e inovação, tornam sua presença indispensável na sociedade contemporânea. Na visão dos autores Jirón et al. (2021) é necessário que as cidades se tornem mais “inteligentes” por meio das aplicações de soluções inovadoras para enfrentar os reveses da urbanização em grande escala e encontrar novas formas de criar cidades habitáveis, competitivas e autossuficientes.

Entretanto, alguns críticos se questionam cada vez mais sobre as novas geografias sociais e políticas das cidades inteligentes, mas poucos voltaram essa atenção para a conduta pelas quais as cidades inteligentes incorporam e articulam a forma adequada de estar em uma cidade inteligente (Burns & Andrucki, 2020).

A conceituação de cidades inteligentes, defendida por alguns autores, tem sido compreendida por duas concepções distintas. Por um lado, como uma cidade interligada, mediada pela tecnologia é baseada na gestão de dados que visa alcançar maior eficiência no seu funcionamento. Em contrapartida, alguns pesquisadores concebem uma cidade inteligente como um espaço urbano que também aborda a acessibilidade, a governança, a sustentabilidade e as questões humanas e sociais.

Sendo assim, de um panorama técnico, podemos considerar que as cidades inteligentes são cidades na qual as TIC's são largamente adotadas para construir, manter e desenvolver serviços e infraestruturas fundamentais e indispensáveis (Ivars-Baidal et al., 2023; Zhu et al., 2024; Nguyen, Nawara & Kashef, 2024). A compreensão do que realmente seria uma cidade inteligente gera inúmeros debates acadêmicos, devido às diferentes perspectivas dos pesquisadores, organizações internacionais e profissionais de negócios.

A ideia das cidades inteligentes tem sido chamativa para pequenas, médias e grandes metrópoles, baseada principalmente na possibilidade atraente de melhorar a gestão urbana por meio da tecnologização da cidade, sem a necessidade de envolver muitos atores (Jirón et al., 2021). Alguns pesquisadores questionam as reais contribuições acerca da ideia de cidades inteligentes na desenvoltura de problemas urbanos, criticando o paradigma neoliberal, o qual pode ignorar as necessidades básicas das pessoas e da natureza, beneficiando assim, somente as grandes corporações (Guenduez et al., 2024) e os cidadãos com rendimentos elevados (Jirón et al., 2021). A invisibilidade dos sujeitos ocorre em materiais promocionais e de marketing que descrevem e definem cidades inteligentes ao redor do mundo (Burns & Andrucki, 2020).

Cidades inteligentes podem ser vistas como uma extensão e um aprofundamento dos princípios neoliberais aplicados ao urbanismo e à cidadania. Nesse modelo, o urbanismo neoliberal privilegia o crescimento urbano impulsionado pelo mercado e protagonizado por grandes corporações, se concentrando em soluções tecnológicas que são, na maioria, lideradas por interesses empresariais (Waghmare, 2024), refletindo, assim, uma visão de desenvolvimento urbano voltada para o lucro e o avanço tecnológico, muitas vezes em detrimento das dinâmicas sociais e das necessidades inclusivas dos cidadãos que habitam esses espaços.

Portanto, para superar a perspectiva neoliberal sobre cidades inteligentes e sua retórica, é fundamental focar mais em como as colaborações e parcerias entre setores e atores são de fato implementadas, em vez de simplesmente mapear quem está envolvido (Thabit & Mora, 2024). A presença de diferentes atores, como empresas privadas e setores públicos, muitas vezes mascara as dinâmicas de poder subjacentes que podem perpetuar desigualdades. A verdadeira questão não é somente quem participa, e sim de que forma essas colaborações operam na prática, quais os interesses são priorizados e quem realmente se beneficia. Essas estratégias são decisivas para garantir que as cidades inteligentes não reproduzam unicamente lógicas de mercado e exclusão, mas promovam uma governança mais equitativa e inclusiva, que consiga responder às demandas sociais e ambientais de maneira efetiva e justa.

3.4 Governança

No Brasil, o vocábulo “governança” é incorporado ao setor público no ano de 1995, com o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) iniciado durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (Guedes & Silva Júnior, 2021). No Plano, a governança se refere ao conjunto de processos, normas e instituições por meio dos quais as decisões são

tomadas e implementadas (Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995). Entretanto, a governança também pode envolver atores sociais, sendo assim, denota, idealmente, a participação ativa dos cidadãos, a transparência das políticas públicas, a abertura de dados e o uso eficiente das tecnologias de informação e comunicação (TIC) para melhorar a prestação de serviços públicos e a tomada de decisões (Gonzalez, Ferro & Liberona, 2020).

O Governo Brasileiro, conceitua governança pública como sendo um “conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e a prestação de serviços de interesse da sociedade” (Brasil, 2017). Dado isso, o Art. 3º e 5º do Decreto 9.203 de 2017 abordam os princípios e os mecanismos para o exercício da governança pública, respectivamente, conforme os Quadros 03 e 04.

Quadro 03: Art. 03 do Decreto 9.203/2017

PRINCÍPIO	CONCEITO
Capacidade de resposta	Capacidade que a administração tem para manifestar-se de forma clara, eficiente e eficaz às demandas apresentadas pelas partes interessadas.
Integridade	Atuação focada na priorização do interesse público, pautando-se valores morais e conduta ética.
Confiabilidade	Capacidade de minimizar incertezas, garantindo um grau de segurança e credibilidade ao cidadão.
Melhoria regulatória	Medidas sistemáticas para ampliar a qualidade da regulação com base em evidências e apoiadas em opiniões dos cidadãos e partes interessadas.
Prestação de contas e responsabilidade	Mecanismo para a prestação de contas, o controle social e a responsabilização pelo desempenho e resultado das ações na gestão pública.
Transparência	Garantia de acesso às informações legítimas e fidedignas aos cidadãos.

Fonte: adaptado pela autora do Decreto n.º 9.203/2017.

Quadro 04: Art. 05 do Decreto 9.203/2017

MECANISMOS DE EXERCÍCIO DA GOVERNANÇA PÚBLICA	CONCEITO
Liderança	Conjunto de práticas de natureza humana ou comportamental exercidas nos principais cargos das organizações, para assegurar a existência das condições mínimas para o exercício da governança.
Estratégia	Definição de diretrizes, objetivos, planos e ações, além de critérios de priorização e alinhamento entre organizações e partes interessadas, para que os serviços e produtos de responsabilidade da organização alcancem o resultado pretendido.
Controle	Compreende processos estruturados para mitigar os possíveis riscos com vistas ao alcance dos objetivos institucionais e para garantir a execução ordenada, ética, econômica, eficiente e eficaz das atividades da organização, com preservação da legalidade e da economicidade no dispêndio de recursos públicos.

Fonte: adaptado pela autora do decreto n.º 9.203/2017.

Todavia, inicialmente, a governança se referia a ação ou a maneira de governar, guiar ou dirigir a conduta e se sobrepunha ao “governo” (Jessop, 1998). Ao passo que se limitou, principalmente, às questões institucionais e legais relativas à condução de “assuntos de Estado” e/ou direção de instituições, ou profissões específicas com diversos interessados. Jessop, ainda avalia, a necessidade de diferenciar “governança” de “governo”. A governança se refere “aos modos e a maneira de governar” (1998, p. 30), já o governo, diz respeito “às instituições e aos agentes encarregados de governar, portanto, o ato de governar em si” (1998, p. 30). Em síntese, o conceito de governança remete a uma experiência altamente complexa, cujas possibilidades de análise parecem ser, à primeira vista, intermináveis.

Assim sendo, o conceito de governança, amplamente discutido na literatura, é frequentemente apresentado de maneira simplista, com quatro significados principais: estrutura, processo, mecanismo e estratégia (Van Popering-Verkerk et al., 2022), essa categorização muitas vezes carece de análise mais crítica que examine as suas limitações e os contextos de aplicação. No campo governamental a governança é associada à criação de valor público, sua aplicação em economia e gestão demonstra uma tendência a priorizar interesses corporativos, muitas vezes relegando questões de equidade e inclusão.

Entretanto, na visão de Schmidt (2019, p. 1172), a governança se refere como um processo “de obter direção, controle e coordenação de indivíduos e organizações com vários graus de autonomia para promover objetivos conjuntos”. Partindo deste pressuposto, Jessop (1998) aborda três tipos de governança, as quais ele chama de governança heterárquica. Sendo a primeira, a “rede interpessoal”, “a auto-organização das relações interorganizacionais”, e por fim, “uma direção intersistêmica mais programática ou orientada para a missão”. Logo, estas três formas de governança heterárquica são frequentemente ligadas em hierarquias emaranhadas, as quais não operam isoladamente, porém, se entrelaçam em arranjos complexos e mutáveis. Tal descrição ressalta a definição de “malhas” proposto por Schatzki (2001; 2005), que compreende as práticas sociais como teias de relações materiais e significados, se sobrepondo contingentemente.

Se para Jessop (1998), as hierarquias emaranhadas revelam a coexistência de lógicas heterárquicas na governança, para Schatzki (2005) oferece uma lente complementar ao mostrar que os arranjos são, essencialmente, malhas de práticas — onde normas, materiais e interações se entrelaçam de modo não hierárquico. A partir dessa ótica, a governança heterárquica não é restrita a um modelo organizacional, mas uma prática social emaranhada, cuja eficácia depende de como atores e instituições negociam suas posições dentro dessas malhas dinâmicas.

A evolução da governança pública no Ocidente é normalmente descrita em três fases principais: primeiro, a Administração Pública Tradicional (TPA), sendo caracterizada pela hierarquia e centralização do controle; segundo, a Nova Gestão Pública (NPM), que introduz o mercado como principal mecanismo de coordenação e busca maior eficiência; e, por fim, a Nova Governança Pública (NPG), onde a tomada de decisão e a execução de políticas ocorrem por meio de redes de múltiplos atores e setores, promovendo, assim a colaboração entre entidades públicas e privadas (Sahamies, Haveri & Anttiroiko, 2022).

A chamada Nova Governança Pública vem evoluindo no decorrer da última década. A NPG é considerada o terceiro modo dominante de gestão da administração pública, não substituindo os modelos anteriores, como a Administração Pública Tradicional e a Nova Gestão Pública, em vez disso, trouxe novos princípios e mecanismos de governança que coexistem de maneira tensa e, muitas vezes, contraditória com as lógicas de hierarquia (TPA), mercado (NPM) e redes (NPG). Essa convivência de múltiplas lógicas institucionais gera um campo político e administrativo saturado, onde diferentes valores, mecanismos e objetivos competem por espaço e legitimidade (Kuitert, Volker & Grandia, 2024). Embora a NPG seja

frequentemente celebrada por sua ênfase em redes e colaboração, essa abordagem pode ser criticada por obscurecer as assimetrias de poder que moldam as relações entre os atores envolvidos. A idealização de redes como espaços horizontais e participativos muitas vezes ignoram como interesses econômicos e políticos podem instrumentalizar a governança em benefício próprio.

Posto isso, a definição de governança como “governança de rede” apresenta uma visão que enfatiza a interdependência entre atores sociais, estruturada em padrões relativamente estáveis de relações sociais que se organizam em torno de problemas de política, programas ou recursos específicos. Embora essa perspectiva reconheça a dinâmica emergente e a adaptabilidade dessas redes, ela também pode ser criticada por não considerar plenamente as desigualdades de poder que moldam e sustentam tais interações (da Cruz et al., 2023).

Deste modo, as redes de governança não são neutras, os atores mais influentes direcionam frequentemente os resultados de acordo com seus interesses, desafiando a ideia de que essas interações são mutuamente benéficas ou equitativas. Além disso, ao focar predominantemente nas relações emergentes, essa abordagem pode obscurecer a influência de estruturas e arranjos materiais preexistentes, como enfatizado por Schatzki (2003; 2005; 2006), que também moldam as condições e possibilidades de interação dentro dessas redes. Logo, as redes de governança são padrões relativamente estáveis de relações sociais entre atores interdependentes, os quais se organizam em torno de questões públicas, sendo formadas, mantidas e modificadas por meio das interações entre os atores envolvidos (Palomo-Navarro & Navío-Marco, 218).

Sendo assim, os contextos institucionais no setor público têm se tornado cada vez mais complexos, refletindo sua construção em uma rede multifacetada de arranjos institucionais que coexistem, muitas vezes de maneira contraditória (Van de Bovenkamp, Stoopendaal & Bal, 2017). Contudo, a partir da ontologia de Schatzki, esses arranjos podem ser vistos como configurações materiais e sociais que organizam práticas em contextos específicos. No setor público, essa pluralidade de arranjos não somente orientam as práticas institucionais, mas também criam tensões entre estruturas concorrentes que disputam legitimidade e influência. Evidenciando, assim, um desafio inevitável: equilibrar a coesão das práticas com a adaptabilidade dos arranjos para atender às demandas sociais e políticas em constante transformação.

A governança pública, ao contrário das abordagens tradicionais de administração e

gestão pública, se destaca como uma lente analítica precisamente por sua neutralidade em relação aos papéis previamente atribuídos aos diferentes atores envolvidos. Em vez de perpetuar uma hierarquia rígida, a governança desloca o foco para as relações e interações entre esses atores e os resultados produzidos por essas dinâmicas. No entanto, essa abordagem não está isenta de críticas, ao ignorar as assimetrias de poder inerentes às relações entre os agentes públicos, privados e sociais, a governança pode acabar legitimando práticas que reproduzem desigualdades estruturais (da Cruz et al., 2023). A governança não deve ser vista somente como um modelo funcional, mas como um espaço político na qual as interações refletem e reforçam arranjos materiais e sociais preexistentes, exigindo uma análise crítica que vá além da superfície das interações.

3.5 GOVERNANÇA EM CIDADES INTELIGENTES

O projeto de cidades inteligentes tem sido questionável de inúmeras formas. Primeiramente, a linguagem de “cidades inteligentes” e a presunção de soluções homogêneas conduzidas pela tecnologia desconhecem a realidade da desigualdade e do acesso precário a serviços básicos, criando uma desconexão normativa (Marsden et al., 2024). Segundo, é possível argumentar que as trocas representam a mais recente manifestação de uma mudança neoliberal na política e na sociedade, que vê a formação de espaços de elite com arranjos de governança personalizados (Basu, 2019).

A governança da era digital se enquadra como centralizada por meio da integração e concentração dos processos governamentais, ou pode ser descentralizada e os serviços públicos organizados em torno das necessidades dos cidadãos (Bayat & Kawalek, 2021). Para Bayat e Kawalek (2021) a governança urbana se refere aos processos pelos quais os cidadãos e os atores públicos e privados colaboram nas decisões relativas à implementação e gestão de políticas e ações urbanas. Nesse contexto, o nível de influência do governo na governança urbana é cada vez mais determinado por sua capacidade de organizar a implantação estratégica de dados urbanos.

Existem distintas formas de governança e cada uma incorpora certos elementos, tais como: tecnologias, dados e partes interessadas, sendo que, as instituições governamentais, cidadãos e empresas de TI estão alocadas nos grupos das partes interessadas (Bayat & Kawalek, 2021). A governança inteligente no entendimento de Giuliodori, Berrone e Ricart (2023) foi vista como contemplando mais do que a eficácia administrativa e os benefícios instrumentais derivados da tecnologia.

A governança pública, muitas vezes considerada um meio de melhorar a qualidade de vida da população, tem sido influenciada pela adoção de conceitos como cidades inteligentes e outras iniciativas de transformação urbana (Ebolor, 2023). Embora a governança pública de qualidade deva ser voltada para o bem-estar dos cidadãos, ela pode ser fortemente moldada por interesses econômicos e políticos que favorecem grupos específicos (Jiang, Geertman & Witte, 2023) desviando o foco da equidade social.

Nas iniciativas públicas, como projetos de cidades inteligentes (Xia, Semirumi & Rezaei, 2023) muitas vezes há uma forte participação do setor privado, o que pode priorizar interesses de lucro em detrimento da inclusão social (Jiang, Geertman & Witte, 2023). Assim, mesmo em um contexto de governança pública, há o risco de que esses projetos aumentem as desigualdades, marginalizando segmentos da sociedade, a menos que haja um compromisso robusto com a participação pública, a transparência e a inclusão em todas as fases de implementação (Jirón et al., 2021).

O projeto de cidades inteligentes é configurado por Thabit e Mora (2024) como sendo intersetoriais, os quais visam criar as condições necessárias para que inovações de cidades inteligentes e a configuração sociotécnica existente de práticas locais [urbanas] se adaptem mutuamente. Contudo, nem sempre esses projetos de cidades inteligentes têm os benefícios esperados, gerando efeitos indesejados, tais como, a intensificação das divisões sociais, a terceirização excessiva de poder em favor de provedores de tecnologia do setor privado e desperdiçar os recursos já escassos das administrações públicas. Desta forma, quando a tecnologia da informação e comunicação é integrada à governança, temos o que chamamos de “governança inteligente” (Ebolor, 2023).

A governança de cidades inteligentes concerne ao emprego de tecnologias digitais para melhorar as organizações governamentais, por meio da promoção da cooperação de multiatores (Prasad, Alizadeh & Dowling, 2021). Para tanto, os governos em todo o mundo estão transformando as cidades em ecossistemas inteligentes, perpetrando um grande número de iniciativas inteligentes (Muñoz, Muñoz & Bolívar, 2022)

Os principais papéis dos cidadãos no desenvolvimento de cidades inteligentes são fornecer sua experiência e conhecimento, auxiliar na coleta de dados e aprimorar os valores democráticos por meio da participação ativa (Jang & Gim, 2022). Além disso, a participação dos cidadãos permite que eles se tornem partes interessadas importantes e reflitam sobre suas necessidades reais em processos de políticas e planejamento.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

A presente pesquisa teve como lócus a cidade de Londrina, localizada na região Norte do Paraná. A escolha se justifica não só pela localização institucional do programa de mestrado, mas também pela relevância socioeconômica e urbana do município no contexto regional e nacional. Fundada em 1934 por meio de um projeto de colonização estadual voltado à ocupação do norte paranaense, Londrina se originou de terras devolutas e antigas fazendas de café. A sua expansão foi impulsionada pela Companhia de Terras Norte do Paraná, a qual estruturou um urbano planejado com ruas retículas, avenidas arborizadas e uma estrutura urbanística moderna para a época, incluindo praças e áreas residenciais e comerciais bem definidas (Prefeitura Municipal de Londrina, 2019).

Esse processo atraiu fluxos migratórios internos e internacionais, especialmente do Japão, Itália, Alemanha e Rússia, consolidando uma base econômica diversificada, com destaque para a agricultura, indústria e comércio. Atualmente, Londrina se destaca pela forte infraestrutura, qualidade de vida e inserção no debate sobre Cidades Inteligentes. No ranking organizado pela *Connected Smart Cities* (2024), Londrina é a 3ª cidade mais inteligente do Paraná e a 24ª do Brasil. Sendo assim, a cidade se configura como um espaço singular e estratégico para investigar as estruturas de governança e participação cidadã no contexto de cidades inteligentes.

Partindo destas premissas, a abordagem teórica que propomos é uma estratégia para decifrar e entender o mundo, o qual exige conhecimento e engloba uma percepção particular do que é conhecer, ou seja, como estabelecemos o que conhecemos. No entanto, precisamos desenvolver uma posição que seja reflexiva, a qual nos permite fundamentar e questionar os princípios metodológicos, a fim de identificar suas limitações e possibilidades (González Rey, 2005). Por conseguinte, exige uma reflexão epistemológica que examine, com rigor teórico, os limites e incoerências da pesquisa científica.

Sendo assim, Crotty (1998, p. 08) afirma que a epistemologia busca “fornece uma base filosófica para decidir quais tipos de conhecimento são possíveis e como garantir sua legitimidade”. Dado isso, essa pesquisa adotou uma perspectiva inspirada em Schatzki, focando nas práticas sociais que constituem as estruturas de governança em cidades inteligentes. Almejou compreender como tais estruturas se formam, quem participa e como as decisões são tomadas, questionando inclusive a efetividade da participação democrática (cidadã) nesses processos.

A análise desta pesquisa, se orientou para a ontologia do lugar em sua relação prática com a governança, destacando como os arranjos sociais e materiais se relacionam, os quais podem ser influenciados por essas dinâmicas. Portanto, o enfoque será a pesquisa qualitativa e como estratégia de investigação, se optou por uma revisão da literatura, estudo de caso e entrevista semiestruturada em profundidade. No entendimento de González Rey a pesquisa qualitativa assume um caráter interpretativo-constutivo, o qual pode ser entendido como “o conhecimento como produção, e não como apropriação linear de uma realidade fixa” (2005, p. 5).

A escolha pela abordagem qualitativa, no entendimento da pesquisadora, se deu em virtude de o método investigar fenômenos complexos e subjetivos, como as interações sociais, práticas institucionais e a participação cidadã no contexto das cidades inteligentes. Diante do exposto, o estudo qualitativo permitiu um entendimento significativo dos fenômenos sociais, visto que se concentra nos significados, experiências e perspectivas dos atores envolvidos (Denzin & Lincoln, 2006). Nesse caso, a pesquisa foi considerada uma atividade situada onde coloca o observador em um contexto particular. Envolvendo, assim, um conjunto de práticas materiais e interpretativas que permitem uma compreensão mais abrangente do mundo.

O processo de olhar e relatar é orientado pelos conceitos implícitos ou explícitos do observador que tornam alguns detalhes mais importantes e relevantes do que outros (Marvasti, 2014). Embora, a pesquisa qualitativa compreenda uma “abordagem naturalista, interpretativa, para o mundo”, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender ou interpretar os fenômenos em termos de significados (Denzin & Lincoln, 2006, p. 17). De tal maneira, o pesquisador, na visão de González Rey (2005, p. 81) “constrói progressivamente e sem seguir nenhum outro critério que não seja o de sua própria reflexão teórica, os distintos elementos relevantes que irão se configurar no modelo do problema estudado”.

Complementarmente, a pesquisa foi descritiva, onde o pesquisador necessita de uma variedade de informações relacionadas à sua área de estudo. Por esta razão, a fim de garantir um nível adequado de validade científica à pesquisa, os estudos descritivos demandam que o pesquisador esteja apto a “uma precisa delimitação de técnicas, métodos, modelos e teorias que orientarão a coleta e interpretação dos dados” (Triviños, 1987, p. 112). De certo modo, o investigador pode não realizar uma análise crítica das informações, levando a resultados equivocados. Entretanto, uma pesquisa de caráter qualitativa descritiva exige que o pesquisador

adote a postura fenomenológica de “se colocar entre parênteses”, ou seja, suspender temporariamente, tanto o seu conhecimento cotidiano quanto o teórico sobre o fenômeno. O objetivo aqui, foi perceber como esse fenômeno se manifesta em sua particularidade, e que seja livre de concepções (Willing, 2008).

Contudo, a estratégia metodológica estabelecida inicialmente se trata na identificação de quais secretarias do governo municipal seriam responsáveis ou tratariam questões referentes a cidades inteligentes, após um levantamento por meio do site oficial da Prefeitura Municipal, se constatou, portanto, as seguintes secretarias: Instituto de Desenvolvimento de Londrina (CODEL), Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização de Londrina (CMTU), Companhia de Habitação de Londrina (COHAB-Ld), Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento (CTD), Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (IPPUL), entretanto, à medida que as entrevistas progrediram, a perspectiva analítica da pesquisadora identificou a necessidade de incluir secretarias não previstas na lista original, ao mesmo tempo, em que reavaliou a pertinência de algumas previamente selecionadas.

Os entes públicos, na personificação de seus gestores, foram os participantes desta pesquisa, dado seu papel central na governança de cidades inteligentes. Ademais, a seleção priorizou atores diretamente envolvidos na tomada de decisões sobre políticas e projetos de cidade inteligente. O estudo adotou dois recortes, um macro, se referindo ao contexto das cidades inteligentes, e um micro, às estruturas de governança que implementaram tais iniciativas. Portanto, o primeiro passo consistiu em mapear com precisão os atores-chave nessas estruturas, para então definir a estratégia de contato e acesso a esses gestores.

Posto isso, o segundo passo consistiu em identificar e contatar os responsáveis pelas secretarias, a fim de agendar entrevistas com esses informantes-chave, se optou na realização de entrevistas semiestruturadas com os gestores responsáveis pelas secretarias municipais, definidas previamente, realizadas presencialmente ou online, conforme a disponibilidade dos participantes, o roteiro base das entrevistas pode ser observado no apêndice A (p. 90) desta pesquisa. Por fim, se elaborou um termo de consentimento livre, informando o motivo da realização da pesquisa e os dados extraídos serão anônimos e que somente a pesquisadora e o seu orientador terão acesso na íntegra.

A coleta de dados ocorreu entre os meses de fevereiro a agosto de 2025, nesse período se realizou seis entrevistas e duas participações como observadora, a primeira em uma reunião estratégica da governança Londrina Inteligente e a outra em um evento sobre cidades

inteligentes. O primeiro entrevistado foi selecionado por ser o gestor de uma empresa de tecnologia e pelo acesso facilitado. Conforme mencionado anteriormente, a pesquisadora havia mapeado algumas secretarias potenciais para este estudo. Durante as entrevistas, no entanto, sempre perguntava se o entrevistado poderia indicar outras pessoas dispostas a participar da pesquisa. Sendo assim, todos os entrevistados foram selecionados em virtude da sua relevância como gestor e por fazer parte, seja de uma organização pública ou privada, que trate das cidades inteligentes.

Deste modo, a estratégia de seleção dos entrevistados, combinou dois métodos, a amostragem intencional e a “bola de neve”, sendo o primeiro baseado em critérios específicos e o segundo foi a indicação dos próprios participantes. Embora a prática de “pedir indicação” durante as entrevistas tenha sido mais eficiente para mapear redes de atores e acessar indivíduos de difícil identificação. Entretanto, a problemática se deu no fato que tende a criar uma amostra homogênea, ou seja, as indicações levam a pessoas com perfis, opiniões e conexões semelhantes às do entrevistado original, reforçando um determinado ponto de vista e potencialmente excluindo vozes dissonantes ou atores marginais, porém importantes, na estrutura de governança.

Apesar das indicações para as entrevistas, a pesquisadora teve dificuldades principalmente em questões de agendas dos gestores, ou por vezes, a pessoa indicada não respondia o contato, sendo necessário buscar outra entrevista que fosse viável à pesquisa. E em determinados momentos, a dificuldade de acesso às informações das organizações, as quais não eram encontradas nos sites oficiais ou a própria demora em encaminhar os documentos solicitados.

Partindo dessas premissas, e após a identificação de todos os respondentes se elaborou um quadro resumo do perfil dos entrevistados, para uma melhor visualização de quem participaria desta pesquisa, conforme o Quadro 05 a seguir:

Quadro 05 – Descrição dos entrevistados

ENTREVISTADO	CARGO / FUNÇÃO	SETOR	DESCRIÇÃO
E1	Liderança executiva de empresa municipal de tecnologia e desenvolvimento	Público	Responsável por iniciativas tecnológicas municipais
E2	Gestor executivo de empresa pública de trânsito e mobilidade urbana	Público	Envolvido com mobilidade urbana e sistemas de monitoramento
E3	Representante de instituição de apoio ao desenvolvimento e inovação	Privado	Atua como consultor / metodologista nas governanças, foco em ecossistemas de inovação
E4	Liderança máxima da governança de inovação e assessor estratégico	Público	Coordena a governança
E5	Gestor de nível estratégico no planejamento urbano e desenvolvimento da cidade	Público	Envolvido com o planejamento territorial e representatividade popular
E6	Liderança de instituição de ciência e tecnologia com atuação em inovação	Academia	Desempenha papel duplo, participa da governança e executa projetos tecnológicos

Fonte: elaborado pela autora (2025).

Sendo assim, na pesquisa social existem três formas principais de se coletar os dados, fazendo perguntas às pessoas (mediante pesquisas de levantamento e entrevistas), observando-as ou estudando documentos (Flick, 2013). As entrevistas foram analisadas tendo como base as categorias que nortearam este estudo, sendo elas: as práticas sociais, cidades inteligentes, governança e participação democrática (participação cidadã). Conseqüentemente se realizou o cruzamento dessas informações para que possamos responder os objetivos propostos, e compreender se de fato existe ou não a participação democrática na estrutura de governança na cidade de Londrina.

As entrevistas são divididas em estruturadas, semiestruturadas, não estruturadas ou abertas. Na entrevista semiestruturada, segundo Hernández-Sampieri (2013, p. 426) “baseia-se em um roteiro de assuntos ou perguntas e o entrevistador tem a liberdade de fazer outras perguntas para precisar conceitos ou obter mais informação sobre o tema desejado”, isto é, nem todas as perguntas estão predeterminadas. Logo, a entrevista parte de questionamentos básicos,

apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas conjecturas que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante (Triviños, 1987). É por meio dessa interação entre entrevistador e entrevistado que são abordados assuntos, expostas opiniões e argumentos, resultando em um diálogo que visa trazer luz e compreensão para determinado assunto.

Se optou pela entrevista semiestruturada por sua flexibilidade e habilidade de se aprofundar em temas complexos, e a entrevista se estruturou nos temas da cidade inteligente, papel dos atores principais (sociedade, governo e iniciativa privada) e a participação cidadã, sendo assim, cada entrevista teve uma duração entre 60 a 90 minutos. Permitindo, que a pesquisadora parta de um roteiro básico de perguntas, porém existe a liberdade de explorar novas questões que vão surgindo durante a conversa, se adaptando às respostas do entrevistado (Triviños, 1987). Através das perguntas, a entrevistadora buscou obter informações pertinentes e relevantes, enquanto as respostas contribuem para a construção de um conhecimento mais abrangente e aprofundado. Portanto, a entrevista não simplesmente proporciona uma forma de conhecimento eficaz, mas também promove a criação de significados e interpretações a respeito do assunto discutido (Hernández-Sampieri, 2013). A entrevista semiestruturada, de uma forma geral, admite que os entrevistados exponham suas ideias livremente e detalhadas, o que é essencial para capturar a profusão das práticas sociais e institucionais.

A entrevista se destaca por ser mais próxima, adaptável e inclusiva, sendo caracterizada como um encontro destinado ao diálogo e a troca de informações entre dois indivíduos, o entrevistador e o entrevistado (Hernández-Sampieri, 2013). Por sua vez, esse procedimento favoreceu a identificação de temas emergentes, os quais, podem não ter sido presumidos inicialmente, no entanto, se tornaram pertinentes para a compreensão do objeto estudado. No entendimento de Triviños (1987), a entrevista semiestruturada permite tão somente descrever fenômenos sociais, mas também explicá-los e compreendê-los em sua totalidade, seja em contextos específicos ou em escalas mais amplas.

Para Flick (2013) a entrevista é mais aberta, ou seja, as perguntas realizadas podem ser variadas em sua sequência e os entrevistados podem usar suas palavras e decidir a quem querem se referir em suas respostas. Portanto, devem coletar direta ou indiretamente as razões de um comportamento, ou atitude específica de um entrevistado, mostrando seu nível de informação no que se refere à questão sendo examinada. Diante do exposto, a entrevista semiestruturada valoriza, unicamente, a interação direta do pesquisador com o entrevistado, permitindo assim

uma abordagem flexível, favorecendo a liberdade e a espontaneidade do informante. Para as entrevistas semiestruturadas, se faz necessário, o pesquisador preparar várias perguntas que contemplem o escopo pretendido, sendo assim, precisará desenvolver um guia da entrevista como uma forma de orientação.

As entrevistas da pesquisa seguiram um roteiro pré-estabelecido (Apêndice A, p. 90), que não era rígido, permitindo adaptações durante a coleta de dados. Dessa forma, as perguntas podiam ser ajustadas conforme o andamento da conversa. Um exemplo prático dessa adaptação foram duas questões que não foram aplicadas a todos os participantes: “existe alguma estratégia em andamento para tornar a participação mais inclusiva?” e “como a tecnologia tem impactado a relação entre o cidadão e o governo local?”

Logo, a entrevista é uma forma de comunicação baseada em perguntas e respostas, que possibilita a troca de informações e ideias, além da construção de significados sobre um tema específico. Se pode dizer, então, que o objetivo da entrevista, nada mais é do que “obter as visões individuais dos entrevistados sobre um tema, as questões devem dar início a um diálogo entre o entrevistador e o entrevistado” (Flick, 2013, p. 115). Esta dinâmica enriqueceu a investigação ao incorporar perspectivas diversificadas e aprofundadas, refletindo os contatos estabelecidos durante a seleção dos participantes e contribuindo para um diálogo que seja mais contextualizado e relevante.

Diante disso, as entrevistas foram gravadas e transcritas para garantir fidedignidade, as quais foram analisadas minuciosamente antes da realização de novos encontros, com o mesmo participante ou com outros. A relevância da transcrição para análises de dados, sejam eles qualitativos ou quantitativos, nada mais é do que o interesse em preencher lacunas em tais métodos (Kowal & O’Connell, 2014). No entanto, se a gravação não for possível, a responsabilidade do pesquisador aumenta significativamente, pois os dados, muitas vezes fragmentados, exigem maior cuidado e atenção para garantir uma interpretação rigorosa e completa (Triviños, 1987).

Portanto, a gravação ofereceu a vantagem de preservar integralmente o material fornecido pelo respondente, algo que outros métodos não garantiriam (Triviños, 1987). Permitindo, assim, que o próprio informante contribua para a análise, ao ouvir suas palavras registradas, podendo complementar, ajustar ou enfatizar suas ideias iniciais. No entendimento do Triviños (1987) o processo (de gravação) em conjunto com as observações do pesquisador,

pode gerar material enriquecedor para uma segunda entrevista e para as subsequentes, aprimorando continuamente a profundidade e a qualidade da investigação.

Além disso, a análise das entrevistas foi dividida em etapas para garantir uma interpretação sistemática e clara dos dados coletados. A primeira parte se deu com a transcrição completa da entrevista e por tanto foi viabilizado um site ou aplicativo que pudesse ser feito essa transcrição. O termo genérico para transcrição, na visão dos Kowal e O'Connell (2014, p. 65) se refere a “qualquer representação gráfica de aspectos seletivos do comportamento verbal, prosódico e paralinguístico”, a transcrição das entrevistas, portanto, deve registrar a data, detalhes e contextos da conversa, utilizando pseudônimos para preservar a identidade dos participantes. Entretanto, esse processo envolve desafios, como o excesso de dados gerados, visto que uma entrevista de uma hora pode resultar em até 20 páginas de transcrição. Além disso, toda transcrição é, por natureza, seletiva e pode introduzir viés sistemático. Por isso, tanto pesquisadores básicos quanto aplicados devem adotar uma abordagem crítica ao lidar com esses registros (Kowal & O'Connell, 2014; Roulston, 2014).

Uma transcrição escrita não é simplesmente uma questão de ouvir atentamente, mas também envolve processos de decisão que derivam de teorias, objetivos e convicções implícitas (Kowal & O'Connell, 2014). E por vezes, se faz necessário, depois da transcrição, fazer uma “limpa” no que foi escrito, isto é, tirar vícios de linguagem, “gírias”, para que se possa ter um texto que seja melhor compreendido, que seja mais fluído para o leitor.

Complementarmente, os autores, chamam de “notações” as ferramentas de transcrição. Logo, na pesquisa em questão se utilizou o site *Riverside — AI Transcriptions*, onde se submeteu o arquivo completo das entrevistas e o mesmo é devolvido em um documento com todas as falas do entrevistador e do entrevistado. Na segunda parte, com base na teoria que fundamenta a pesquisa, se faz necessário a leitura dessa transcrição e a identificação dos pontos centrais, assuntos ou argumentos que norteiam a compreensão da análise, sendo assim, os pesquisadores geram afirmações sobre tópicos remontando e reorganizando os dados, códigos, categorias ou histórias (Roulston, 2014).

As descobertas foram montadas por meio da classificação e comparação desses dados. Portanto, é essencial definir códigos, temas principais e secundários, que se referem a classificação de eventos em categorias discretas e a rotulagem dessas categorias (Kowal & O'Connell, 2014). Na pesquisa em questão, teve como tema principal as “práticas” e os “arranjos materiais”, e como temas secundários foram a “governança” e a “participação

cidadã”. Ao desenvolver os códigos por meio de um processo envolvendo leitura, codificação focada, reflexão, escrita e releitura, os pesquisadores fazem conexões entre as ideias, colapsando os códigos em ideias maiores que Roulston (2014) chama de “temas ou categorias” e começam a desenvolver afirmações sobre o fenômeno de interesse. Percebe, portanto, que a codificação é logicamente dependente da transcrição prévia e implica uma orientação teórica adicional como base para suas categorizações (Kowal & O’Connell, 2014).

Neste sentido, os pesquisadores construíram narrativas a partir da análise de dados, utilizando trechos das falas para fundamentar suas interpretações. Roulston defende que a transcrição e a análise sejam feitas pela mesma pessoa, garantindo imersão contínua e compreensão integral do material (Roulston, 2014). Na prática, há a empregabilidade de distintos métodos para representar dados, como a identificação de temas respaldados por citações diretas das transcrições.

Como parte complementar das entrevistas realizadas, a pesquisadora solicitou autorização para participar como ouvinte observadora de uma das reuniões realizadas quinzenalmente da governança que trata exclusivamente da Londrina Inteligente, na lista constavam trinta e três representantes dos diversos segmentos, sejam eles do governo, iniciativa privada ou da sociedade civil organizada, no entanto, compareceram somente vinte representantes. A reunião começou pontualmente às 17h e teve duração de uma hora e meia, entre debates, apresentações e questionamentos referentes ao que estava sendo exposto por alguns membros. Neste sentido, a observação é considerada a espinha dorsal de toda a pesquisa científica (Marvasti, 2014).

Primeiramente, é importante destacar que levou muito tempo para que o que hoje chamamos de “observação científica” se distinguisse de formas tradicionais de conhecimento, como a sabedoria, a experiência, a intuição, os sentimentos e a fé. Essa diferenciação foi necessária para o desenvolvimento da ciência como prática baseada em critérios objetivos e verificáveis. Em segundo lugar, o termo “observação científica” pode incorporar uma ampla variedade de dados coletados ao longo de investigações empíricas (Marvasti, 2014).

Na reunião estratégica da Londrina Inteligente na qual a pesquisadora pode participar com o aval de todos os membros, não teve grandes embates de opiniões contrárias, se percebeu um alinhamento estratégico dos participantes, a presidente intermediou algumas falas no sentido de questionar o que estava sendo apresentado no momento e sugerindo outros posicionamentos, bem como não teve nenhum membro que sobrepuja a outro, aparentemente

todos que estavam ali presentes caminham na mesma direção, discutir a temática das Cidades Inteligentes, no entanto, essa posição “pacífica” podia estar sendo influenciada pela presença de uma pessoa externa, a qual estava observando, analisando e possuindo um prisma diferente sobre o debate.

Marvasti já explicava essas questões, pois alguns pesquisadores acreditam que se as pessoas souberem que estão sendo observadas, elas mudarão sua conduta, portanto, uma função secreta proporciona observações mais objetivas. No entanto, existe a ética de fazer pesquisa, a qual necessita da obtenção do consentimento informado, e é nesse ponto que a pesquisa “secreta” enfrenta a maior oposição. Contudo, o que os pesquisadores de fato veem ou ouvem em campo e como interpretam as informações são filtradas pela orientação dos próprios pesquisadores em relação ao objeto das observações (Marvasti, 2014).

A primeira observação constituiu na reunião estratégica da Londrina Inteligente, e a segunda observação foi no evento intitulado “Reuniões Estratégicas Regionais — Londrina” idealizado pela *Connected Smart Cities*. No entendimento da pesquisadora, o evento teria o intuito de debater as questões centrais por trás das cidades inteligentes, entretanto, teve mais uma natureza promocional e comercial, claramente funcionou como uma vitrine para soluções de cidades inteligentes, onde as organizações buscavam oportunidades de negócio com o poder público. O referido evento, teve uma seletividade, o formato de uma “reunião estratégica” sugere um acesso que seja limitado a convidados, excluindo vozes críticas ou representantes da sociedade civil que poderiam enriquecer o debate com perspectivas menos alinhadas ao modelo tecnocrático.

A pesquisa deste estudo de caso é uma “abordagem qualitativa na qual o investigador explora um sistema delimitado contemporâneo da vida real (um caso) ou múltiplos sistemas delimitados (casos)” (Creswell, 2014, p. 86). No método de estudo qualitativo, definir e selecionar o objeto de estudo é um dos primeiros e maiores desafios do pesquisador. Portanto, no entendimento do autor, o objeto de estudo pode ter um espectro amplo, como, por exemplo, a organização dos escoteiros ou um espectro restrito, como um processo de tomada de decisão em uma faculdade. Neste sentido, estudar a participação cidadã na governança da Londrina inteligente se enquadrou como um estudo de caso amplo, conforme a própria definição do autor.

O conceito de “organização” na sociologia opera em um espectro, de uma compreensão ampla, como qualquer arranjo estruturante da vida social e do comportamento, até uma concepção mais limitada, que se refere exclusivamente a organizações formais de estrutura

burocrática. Posto isso, a etnografia representa uma contribuição significativa para o campo dos estudos organizacionais (Brewer, 2004). Uma pesquisa etnográfica, por definição, “é um projeto qualitativo onde o pesquisador descreve e interpreta os padrões compartilhados e aprendidos de valores, comportamentos, crenças e linguagem de um grupo que compartilha uma cultura” (Creswell, 2014, p. 82). Marvasti (2014, p. 355) corrobora com a definição onde envolve principalmente “um pesquisador observando e registrando o comportamento humano em um determinado ambiente”.

Uma das principais barreiras metodológicas enfrentadas pela pesquisa foi justamente, a dificuldade de acesso ao regimento interno da Governança Londrina Inteligente. Apesar de ser um documento que estabelece as regras de funcionamento, composição e tomada de decisão de um grupo que se propõe a fomentar políticas públicas, ele não é divulgado publicamente. A obtenção do regimento, dependeu, portanto, do encaminhamento informal por algum membro integrante da estrutura. Esta dificuldade em acessá-lo levanta questões sobre o compromisso real do grupo com os princípios de governança aberta e participativa que frequentemente acompanham esse discurso.

Por fim, a preferência por tais métodos descritos nos procedimentos metodológicos se fundamentou na natureza do objeto de estudo, o qual buscou a compreensão a partir das narrativas dos entrevistados sobre as práticas sociais e a interação na configuração da participação cidadã na governança em cidades inteligentes, sendo um estudo de caso na cidade de Londrina. A pesquisa qualitativa é sobretudo vantajosa para explorar contextos específicos, como o caso de Londrina, onde a governança e a participação cidadã são influenciadas por fatores locais, históricos e culturais. A imersão no contexto local, por meio de entrevistas e observações, permite ao pesquisador compreender as nuances e particularidades que não seriam capturadas por métodos quantitativos, sendo determinantes em um estudo que busca compreender as percepções e experiências dos atores envolvidos na governança de cidades inteligentes.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise desta pesquisa foi construída à luz da epistemologia das práticas sociais de Theodore Schatzki. Sendo assim, a análise social deve partir de arenas, chamado por Schatzki (2005) de “contextos” sociais e coletivas de ação, fornecendo assim, significados dos quais as pessoas vivem, interagem e coexistem de maneira inteligível. Portanto, a vida social existe e se desenrola em um dado contexto, sendo fundamental para analisar e explicar os fenômenos sociais. O “contexto” considerado aqui é a cidade de Londrina, já os “fenômenos sociais” são iniciativas de cidade inteligente.

Para este estudo, as entrevistas foram conduzidas com um grupo estratégico de atores-chave, composto por secretários municipais e outras pessoas em posição de liderança dentro da governança Londrina Inteligente. Os participantes foram selecionados por meio de indicações em cadeia, método conhecido como “bola de neve”. A partir dessas entrevistas, foi possível traçar um panorama das percepções e o posicionamento dos entrevistados, o que nos permitiu compreender os pontos de partida e as bases que fundamentam suas visões sobre o que constitui, de fato, uma cidade inteligente, conforme o Quadro 06, a seguir:

Quadro 06 – Perfil simplificado

E1	Liderança executiva com forte vinculação ao setor tecnológico. Com visão otimista focada no processo de transformação em curso e na infraestrutura necessária para que a cidade se consolide como “inteligente”. Embora reconheça a centralidade do cidadão no discurso, suas falas revelam uma lacuna prática, como o reconhecimento de que projetos emblemáticos para a cidade foram implementados sem consulta adequada aos atores diretamente impactados.
E2	Ocupa uma posição estratégica na área de mobilidade urbana e sua postura se destaca por ser mais crítica e realista. Questiona a efetividade da comunicação intragovernamental e com a população, argumentando que a inteligência de uma cidade deve ser medida pela melhoria tangível na qualidade de vida e na prestação de serviços, e não apenas pela presença de tecnologia.
E3	É um articulador e representante de uma instituição de apoio ao ecossistema de inovação. Sua percepção reforça o discurso da “cidade centrada no cidadão”, no entanto, aponta para uma deficiência estrutural: a falta de informação e de mecanismos eficazes de engajamento público. Sua atuação se concentra em metodologias de governança e na articulação entre os diferentes setores, se posicionando como um facilitador no diálogo, ainda que este diálogo permaneça, em grande parte, restrito a uma elite de atores.
E4	Perfil normativo e estratégico. É uma liderança máxima no que compete a governança da inovação na cidade. Suas falas são pautadas por diretrizes formais, como normas ISO e planos estratégicos, refletindo uma busca por organização e padronização. No entanto, é também o que explicitamente justifica a baixa participação popular direta, alegando a “inviabilidade” prática de envolver toda a população, o que acaba por naturalizar um modelo tecnocrático e com participação restrita.
E5	Gestor de alto nível no planejamento urbano. Sua fala revela uma tensão interna, alternando em uma visão instrumental, a qual celebra <i>rankings</i> e obras de infraestrutura, e uma retórica social que menciona o “direito à cidade” e a acessibilidade. Embora cite a existência de conselhos municipais com representação popular, admite que essa instância não está integrada ao núcleo decisório da governança inteligente, evidenciando uma desconexão entre a participação institucionalizada e a governança emergente das cidades inteligentes.
E6	Liderança de instituição de ciência e tecnologia, apresenta uma visão dual de sua atuação: participa da governança como fomentador e também atua na linha de frente da execução dos projetos. Sua análise é pragmática, apontando obstáculos materiais e institucionais concretos. Apesar de enxergar a governança como um ecossistema promissor, sua fala sublinha a fragilidade dos arranjos atuais e a necessidade de estruturar melhor as práticas para garantir sustentabilidade e efetividade.

Fonte: elaborado pela autora (2025).

O conceito de cidade inteligente é incipiente, e no entendimento do entrevistado 3 (E3, representante de instituição de apoio ao desenvolvimento e inovação), há falta de informação para a população sobre os critérios e atributos necessários para transformar Londrina e outras

idades da região em cidade inteligente. No entanto, a Entrevista 1 (E1, liderança executiva de empresa municipal de tecnologia e desenvolvimento), enfatizou que “Londrina está percorrendo os caminhos para ser uma cidade inteligente”, no entendimento do entrevistado, precisa ser posto mais tecnologias, e a atual gestão percebe a necessidade de colocar o cidadão no meio dos serviços, “porque o foco de uma cidade inteligente é sempre melhorar a qualidade de vida da cidade e dos cidadãos” (E3). Nesse trecho, se percebe um viés muito positivo do respondente, do que seria uma cidade inteligente, embora seja de conhecimento, o quão difícil é acessar diversos pontos periféricos de uma cidade.

Ainda que, a entrevista tenha abordado as questões de falta de tecnologia e que o cidadão deveria ser o ator principal em uma cidade inteligente, em nenhum momento mencionou uma consulta com a população para entender de fato as reais necessidades, ou seja, as informações são transmitidas de cima para baixo, quase como uma imposição para o cidadão. Sendo evidenciado no protótipo da Rua Sergipe, no qual, existiam falhas justamente por conta dos envolvidos no projeto não terem consultado previamente os comerciantes ou a população que por ali circulavam (E1). A Entrevista 5 (gestor de nível estratégico no planejamento urbano e desenvolvimento da cidade), corrobora com essa afirmação, quando afirma existir “um grande conselho, o qual abraça a cidade de uma forma diferente, onde a participação popular de bairros tem sua representação”, por outro lado, essa representatividade não faz parte da governança Londrina Inteligente, não diretamente.

Por mais que seja perceptível a dicotomia existente entre o discurso dos entrevistados e a realidade sentida (ou não) pelo cidadão, e seja considerado uma parte essencial na construção de uma cidade inteligente, tendo sido mencionado pelos entrevistados, o que se percebe, na verdade, é que o cidadão só aparece no discurso, na prática, ele é pouco incluído ou participativo nas decisões que influenciam as iniciativas das cidades inteligentes. Tal prática pode ser conhecida como *Tokenismo* (Arnstein, 1969), onde os indivíduos de grupos minoritários são incluídos em ambientes, sejam eles políticos, corporativos ou midiáticos, somente para cumprir uma aparência de inclusão, sem que haja real visibilidade, poder de decisão ou mudança estrutural.

O poder público em Londrina tem o papel central na coordenação e implementação das iniciativas em cidades inteligentes, sendo constatado na E1, onde afirma que “Londrina tem uma governança instituída de cidades inteligentes, conhecida por Londrina Inteligente”. Nessa primeira identificação, o governo municipal não chega a ser o protagonista em uma cidade

inteligente, porém é um dos atores que fazem a engrenagem rodar, e pelo poder público, aqui eu me refiro a prefeitura em sua totalidade. Na percepção schatzkiana, o poder público é visto como uma prática ao adotar regras institucionais, leis e normas administrativas, a intenção de “servir ao cidadão” e “garantir direitos” está ligado a teleoafetividade de Schatzki. Já nos entendimentos práticos está relacionado de que forma os servidores lidam com os processos burocráticos. E tudo isso pode ser materializado em estruturas físicas como a prefeitura e os sistemas digitais, e rotinas com as licitações e o atendimento ao público.

A governança Londrina Inteligente é uma estrutura de trabalho em conjunto com distintos atores atuantes no ecossistema de inovação do poder público, setor privado, academia e a sociedade civil, os quais planejam e fomentam as iniciativas de cidades inteligentes (Regimento Interno, 2024), sendo introduzida em um conjunto com mais 11 outras governanças, totalizando 12, sendo o SEBRAE (Sistema Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas) o consultor destas governanças. Portanto, a Londrina Inteligente é uma organização formal, porém não tem uma legalização, ou seja, não existe um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), o que existe é um regimento interno, um termo de convivência, também há um plano estratégico com missão, visão, objetivos que norteiam as ações, assim, como qualquer organização formal. Atualmente, é composto por 45 membros de diversos segmentos, incluindo empresas (públicas e privadas), o poder municipal, a comunidade acadêmica, associações, órgãos de entidade privada e fundações públicas (E3). Por conseguinte, toda a temática que aborda cidade inteligente no contexto de Londrina, o SEBRAE se envolve, porém, não sendo o executor das funções exercidas (E3; E4).

Para que se possa fazer parte da governança Londrina Inteligente, é necessário encaminhar uma carta demonstrando interesse em participar, seja uma pessoa da sociedade civil organizada ou uma empresa / organização, a carta precisa sinalizar a relevância do “candidato”, de que forma se daria a contribuição com o grupo e as discussões. E essa carta é levada para a reunião, em que é lida e o grupo vota a favor ou não da participação daquela pessoa, ou organização. Uma vez na governança, não significa que ficará para sempre, se os membros não tiverem no mínimo 70% de participação no ano, o grupo também convida para se retirar, pois no entendimento deles não existe mais relacionamento das partes, logo, não faz mais sentido a participação da pessoa ou organização na governança Londrina Inteligente.

Com base nas entrevistas realizadas, a iniciativa Londrina Inteligente é compreendida a partir de três perspectivas complementares, a Entrevista 4 (liderança máxima da governança de

inovação da cidade e assessor estratégico entre inovação e políticas públicas) define seu objetivo central como o de “promover políticas públicas e ideias, atuando em parceria com a prefeitura para garantir qualidade de vida na cidade”, já a entrevista 5 ressalta o papel fundamental do cidadão, afirmando que “cidade inteligente só é inteligente se o cidadão for o centro”, orientando todos os projetos para atendê-lo com prioridade, e a entrevista 6 (liderança de instituição de ciência e tecnologia com atuação em inovação), descreve a função executiva do órgão, a qual é “contribuir no desenvolvimento e organizando-as conforme as diretrizes da própria governança”.

A defesa da “competência técnica” como base da governança é um ato político, e não neutro, que busca despolitizar escolhas coletivas. Ao privilegiar um conceito limitado de especialidade, esse mecanismo marginaliza outros saberes e experiências, consolidando um fechamento participativo que beneficia grupos já estabelecidos no poder. Conforme ilustrado por Sherry Arnstein (1969) em sua “escada da participação cidadã”, a inclusão sem poder efetivo é somente um “*tokenismo*” — uma simulação de participação. Esse fenômeno se sofisticou na tecnocracia moderna, que, segundo Fischer (2009), delega autoridade a especialistas e comitês fechados. Nesses espaços, a linguagem técnica exclui pessoas e organizações, tornando o processo democrático menos acessível e mais fácil de ser controlado. Sendo assim, se consolida uma armadilha tecnocrática que promove a elitização.

A seleção de membros com base em conhecimento especializado e representatividade setorial elitiza a tomada de decisão, exigindo dos novos uma aderência à temática. Essa prática consolida uma governança tecnocrática, na qual a “inteligência” é definida por agentes como capital político e econômico. Apesar de um estatuto que prega a transparência, a abertura é, na prática, limitada, sendo evidenciado na seguinte fala, “você pode ser convidada para as reuniões, mas não pode entrar [como participante fixo]” (E4).

Todavia, há uma discrepância entre a prática discursiva e a material, enquanto se enfatiza a colaboração, a governança é restrita a uma elite técnica e empresarial, como destacado na Entrevista 4, “o impacto é indireto, ninguém participa [da população], são pessoas que foram escolhidas para representar uma classe”. Esse trecho, sugere uma hierarquização das práticas, onde atores privilegiados (empresas, universidades, governo) definem os termos da “inteligência” urbana, marginalizando vozes populares. Complementarmente, a Entrevista 5 enfatiza o discurso da “qualidade de vida”, no que tange a execução, sendo dependente de alinhamentos políticos e técnicos, “não adianta um órgão só trabalhar, o alinhamento é

fundamental” (E5). Projetos como o terminal metropolitano ou o parque linear são apresentados como “soluções inteligentes”, entretanto, a participação popular é mediada por representações indiretas, não por engajamento direto. Por fim, a prática é considerada teleoafetiva (orientada por fins e valores), com o propósito de “melhorar a vida para todo mundo” e “tensionar a prefeitura” para políticas públicas.

Suplementarmente, duas das entrevistas revelam uma prática social institucionalizada (Schatzki, 2002), na qual a governança opera como um arranjo coletivo baseado em normas, objetivos compartilhados e interações recorrentes, se observa na entrevista 4 (E4) e 5 (E5) respectivamente, “nós seguimos as três ISO’s (*International Organization for Standardization*) de cidades inteligentes, e o MasterPlan (plano estratégico), o qual é a nossa bíblia”, e “nós temos aqui na organização a premissa de que a cidade inteligente, ela é inteligente se o cidadão for o centro do negócio”.

Nesta conjuntura, o SEBRAE criou uma metodologia da governança sendo colocado em prática primeiro na Londrina Inteligente, e mais tarde foi expandida nacionalmente. Dessa maneira, a metodologia se dá por meio de um planejamento estratégico de ecossistemas de inovação (E2, gestor executivo de empresa pública de trânsito e mobilidade urbana), para tanto, uma das premissas para essa metodologia de governança funcionar, segundo a E3, é o trabalho com as governanças setoriais, ou seja, lideranças cívicas, desse modo, fazendo parte da sociedade, sejam elas públicas, privadas ou do terceiro setor. “O SEBRAE não detém da governança e sim detém da metodologia” (E3), atuando somente como coordenação e orientação junto a Londrina Inteligente, contribuindo com as discussões, com as ações de fomento para o desenvolvimento de uma cidade inteligente. A governança atua junto ao executivo, ou seja, com a prefeitura, na integração com parceiros estratégicos, para que se possa captar recursos viabilizando ações na cidade, um exemplo claro disso são as instalações de soluções tecnológicas em Londrina, a responsabilidade da execução é da prefeitura municipal, no entanto, a governança é incumbida de fazer um diagnóstico, demonstrar para a prefeitura o que precisa ser feito, sendo assim, a governança trabalha em conjunto para identificar as melhores soluções a serem implementadas e fomenta o estabelecimento de parcerias estratégicas para que se possa trazer mais tecnologias para a cidade (E3).

No entanto, a entrevista 2 é categórica em afirmar que “Londrina evoluiu como cidade inteligente, mas ainda tem muito o que melhorar”. Embora haja uma falácia de Londrina como sendo uma cidade inteligente, se percebe que não há um processo de comunicação integrado

entre os diversos setores que compõem a prefeitura, incluindo o próprio cidadão. Se o governo não comunicar assertivamente os processos, como vou considerar Londrina como inteligente? Neste sentido, a cidade inteligente se resume em conversar com o cidadão, “se a vida dele melhorou ou se tem serviços públicos de qualidade que melhorem o seu dia a dia” (E2). Diante disso, como pode uma cidade ser considerada verdadeiramente inteligente sem a participação ou consulta aos seus cidadãos? Conforme mencionado, a gestão municipal afirma colocar o cidadão no centro dos serviços, mas, na prática, não há nenhuma consulta à população. Assim, se questiona, onde estão os cidadãos? Os quais são peças fundamentais no processo de construção de uma cidade inteligente.

A iniciativa privada é outro ator central na governança, uma vez que o poder público não desenvolve soluções tecnológicas internamente, precisa adquiri-las no mercado. É nesse espaço que as empresas atuam, oferecendo soluções “com valor de mercado, no melhor preço possível” (E1). Assim como o poder público é considerado uma prática, conforme Schatzki, a iniciativa privada também se enquadra na definição, ao atuar como lógicas organizacionais, visando lucro, eficiência e competitividade, a teleoafetividade na iniciativa privada está relacionada com a maximização dos resultados e a inovação de produtos ou serviços. O saber-fazer que Schatzki (2005) menciona se refere a gestão de projetos e a própria parceria com o governo. E a materialização se encontra nas empresas, nos contratos e nas tecnologias.

Tanto o poder público quanto à iniciativa privada, individualmente, é classificado como práticas, no entanto, quando se interagem e se relacionam passam a fazer parte dos nexos de práticas, conforme a conceituação de Schatzki (2005, 2006). Todavia, o cidadão, no contexto da governança na cidade inteligente de Londrina, é marcado como o ator principal, sendo evidenciado pelos trechos das entrevistas “o cidadão como o ator, o qual é o cara principal” (E1) e “todo mundo, na prática, é cidadão, então ele é o cara principal, a gente tem que pensar os serviços olhando para esse cara” (E2). Embora seja considerado ator principal, o cidadão não é uma prática, segundo a definição de Schatzki, mas um elemento central nas práticas que definem a vida urbana, pois as práticas são atividades coletivas e não indivíduos isolados. O cidadão participa das práticas no consumo, no uso de serviços públicos, constituído por práticas, onde sua identidade como “cidadão” se configura em normas, interações e expectativas sociais.

Quando falamos de governança pública não deve ser vista somente como um processo, no entanto, deve refletir “os resultados das interações entre todos os atores no domínio público” (Grossi & Welinder, 2024). Complementarmente, no entendimento da E2, a governança “é um

processo que envolve múltiplos atores, incluindo o poder público, a iniciativa privada, universidades e a sociedade civil organizada”. Desse modo, a natureza da dinâmica de governança na cidade inteligente é problemática e complexa, sendo assim, consideramos fazer a análise por meio de alguns pontos de vista com relação à governança na cidade de Londrina, apesar dos entrevistados serem neutros em suas falas, onde há uma subjetividade nas palavras “eu acho”, “na minha visão”, eles até reconhecem a existência de falhas, no entanto, não colocam “o dedo na ferida”.

O protótipo da rua Sergipe é um exemplo claro da importância de ouvir o cidadão antes da inserção de novas tecnologias. A ideia inicial era fazer a rua Sergipe uma vitrine para soluções tecnológicas de cidades inteligentes como semáforos com inteligência artificial, câmeras com reconhecimento facial, botoeiras de deficiente visual. Entretanto, se colocou em prática sem entender as reais necessidades dos comerciantes da rua, “Londrina não estava bem equipada para receber um projeto nesse porte” (E1), pois não conseguiu dar andamento nas tecnologias que vieram. As tecnologias presentes nesse contexto são identificadas como os arranjos materiais conforme a definição de Schatzki (2005; 2006).

A Entrevista 2 destaca que a governança como uma estrutura colaborativa em Londrina é bem desenhada e alinhada em termos de participação de distintos setores, sejam a iniciativa privada, instituições de ensino, sistema S e o poder público, embora possua uma governança como um processo em construção, tendo um longo caminho a ser percorrido em termos de efetivação de ações concretas. O que chama atenção é que os atores são sempre os mesmos, público, privado e a universidade. E nesse ponto se chega na mesma pergunta de antes, onde está a participação efetiva do cidadão?

Partindo deste questionamento, Cardullo e Kitchin (2019) criticam a participação em cidades inteligentes como um “andaime” (*scaffolding*), sendo uma estrutura superficial que sustenta discursos de inclusão, mas sem efetividade, os trechos das entrevistas 4 e 5 evidenciam tais críticas. No envolvimento simbólico, quando a governança não inclui, de fato, mecanismos diretos de participação popular, “como você vai escolher um representante da população? Não tem como, são 600 mil” (E4), a justificativa da inviabilidade mascara a ausência de esforços para criar canais deliberativos (consultas públicas ou plataformas digitais). Para a E5 o CMPGT (Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Territorial) é citado como canal de representação popular, porém sua atuação é reativa, ou seja, analisa projetos já formulados, “o CMPGT é o grande conselho que abraça a cidade, se o CMPGT não aprovar, não executa” (E5).

Schatzki (2005; 2006) coloca que as ações humanas devem ser entendidas como práticas situadas e que essas práticas estão sempre entrelaçadas com os arranjos materiais/institucionais, formando o que ele chama de feixes de práticas-arranjos. Permitindo, assim, analisar tanto o que as pessoas “fazem” quanto “com o que e em que contexto fazem”, logo, as tecnologias, normas, rotinas e infraestrutura material são parte essencial do que possibilita e limita as práticas sociais. Na entrevista 6, o órgão desempenha papel duplo “ora fomenta (participa da governança), ora executa (como as Instituições Científicas e Tecnológicas — ICT’s)”. O mesmo ator incorpora práticas diferentes dependendo do “chapéu”, governança versus execução, se alinhando com a ideia de que as práticas competem e se combinam dentro dos arranjos.

Em Londrina, existe uma incoerência entre as práticas institucionais e as práticas do dia a dia do cidadão, encontrando-se perceptível na seguinte fala: “o CIOP (Centro de Inteligência Operacional) monitora o ônibus, mas o cidadão não sabe como acessar essa informação” (E2), ou seja, existe o monitoramento das linhas urbanas, quando o ônibus fica parado no congestionamento por qualquer que seja o motivo, sendo assim, os ônibus que estão vindo atrás já são informados e tendo suas rotas desviadas para rotas alternativas e assim “desafogar” o trânsito, porém, o cidadão que é a parte mais interessada nesse processo não tem acesso a essa informação, logo ele não sabe que tem ônibus parado em um congestionamento, e muito menos que outras linhas tiveram suas rotas alteradas.

Se percebeu no decorrer das falas dos entrevistados que a governança em cidades inteligentes vai além da adoção das tecnologias, se trata da capacidade de coordenar múltiplos atores, sejam eles públicos, privados ou civis. Portanto, a E2 ainda enfatiza que a “cidade inteligente não é o puro produto, cidade inteligente é o pensar no processo, como olho para esse fluxo, entendo, trato, encaminho, resolvo e aviso o cidadão”. Entretanto, não podemos mais pensar nessas cidades somente com os conceitos que a literatura atual adota com o uso das tecnologias da informação e comunicação para resolver problemas urbanos, “não é só uma prestação de serviço” (E2). E nesse ponto, precisamos diferenciar cidades inteligentes de uma cidade conectada, “inteligência é a cidade ter infraestrutura para entregar serviços de qualidade para o cidadão” (E2) e a conectividade está ligado em “colocar wi-fi na praça ou poste, para que todos acessem a internet ou suas redes sociais” (E2).

Neste sentido, a entrevista 5 oscila entre duas visões quando se trata da conceituação de cidades inteligentes, a primeira, uma visão instrumental (tecnocrática), onde o foco está em

rankings, infraestrutura [da cidade] e eficiência, “Londrina vai estar entre as cidades mais inteligentes do Brasil”, e na segunda visão, uma crítica social, faz menção ao “direito à cidade” e acessibilidade, mas sem enfrentar desigualdades estruturais, “não adianta ter *QRcode* se o cidadão não tiver o leitor”. A “inteligência” da cidade é medida por *outputs* (obras, prêmios), não por processos democráticos ou redução de desigualdades. Projetos como o “viva o centro” revitalizam espaços, porém, não questionam por que o centro foi abandonado. E, é exatamente isso que precisa ser questionado. No entanto, para a entrevista 6, a burocracia, a limitação de recursos, a rotatividade de lideranças e o voluntariado fazem referências aos obstáculos enfrentados em uma cidade, sendo eles, os arranjos materiais e institucionais que condicionam as práticas da governança (Schatzki, 2005; 2006).

Como mencionado anteriormente, Cardullo e Kitchin (2019) propõem o andaime (escada) da participação cidadã para mapear como as iniciativas de cidades inteligentes enquadram o cidadão (de cliente/usuário a cocriador) e mostram que muitas ações ditas como “centrada no cidadão” permanecem nos níveis mais baixos da escada — consultivos, instrumentais ou de coleta de dados sem participação real. Na visão da entrevista 6 a governança “tem boa representatividade”, e existe a participação, revelando, assim, uma forma de representatividade institucional (atores organizados). Contudo, a fala sobre voluntariado e separação de interesses sugere que essa participação é principalmente de elites organizadas (ICT’s, indústrias ou da Federação das Indústrias do Estado do Paraná — FIEP), não necessariamente de cidadania ampla ou de grupos marginalizados. No entendimento de Cardullo e Kitchin (2019), corresponderia a posições médias ou baixas da escada, representação ou consultoria, e não a coprodução ou participação real.

“Quando o poder público consegue transformar em ação aquilo que é fomentado, o cidadão, se engaja” (E6), se destaca nessa fala uma dinâmica conhecida na escada, como sem retorno efetivo e execução tangível, iniciativas participativas tendem a ser percebidas como *tokenismo*. A E6 descreve uma governança de cidade inteligente que já funciona como um ecossistema (quatro hélices, ICT’s, projetos concretos), entretanto, permanece vulnerável por depender de arranjos institucionais frágeis, como o voluntariado, a burocracia e a rotatividade.

Assim como lido em Schatzki, se percebe que as práticas e os arranjos precisam ser reconfigurados em conjunto, não basta “mais participação” retórica, é preciso alterar a infraestrutura, regras e recursos que dão forma às práticas. Contudo, para mudar o comportamento (por exemplo, aumentar a participação cidadã ou a execução de projetos), não

basta “motivar” atores, no entanto, é necessário reconfigurar os arranjos (recursos estáveis, formalização de processos, continuidade institucional, infraestrutura de dados e canais de interação) que compõem os arranjos da governança local (E6).

Posto isto, a análise evidencia que Londrina possui uma governança de cidades inteligentes formalmente estruturada e capaz de articular diferentes setores, embora seja marcada por uma participação cidadã mais simbólica do que efetiva. O modelo atual privilegia atores institucionais e tecnocráticos, relegando o cidadão a uma posição periférica no processo decisório. Sob a ótica de Schatzki, é preciso reconfigurar simultaneamente práticas e arranjos para que a retórica de centralidade do cidadão se traduza em mecanismos concretos de inclusão e deliberação. Na perspectiva de Cardullo e Kitchin (2019), Londrina permanece nos níveis mais baixos da escada da participação cidadã, carecendo de avanços para atingir um patamar de coprodução real, capaz de garantir que a inteligência urbana seja construída não somente para o cidadão, mas com o cidadão. “O grande passo para nossa inteligência ainda está em projeto” (E5). A questão é: projeto de quem, para quem?

Como mencionado no percurso metodológico, a pesquisadora fez duas observações em campo, saindo um pouco da teoria e tendo a vivência de analisar como de fato funciona as práticas sociais de Schatzki em paralelo com a participação cidadã em governança nas cidades inteligentes. Tais observações são complementares as entrevistas realizadas.

A “Reunião Estratégica Regional — Londrina” promovido pelo *Connected Smart Cities* carrega contradições inerentes ao modelo atual de discussão sobre cidades inteligentes. Por um lado, o evento descentraliza o debate e traz para o interior do Paraná uma discussão tradicionalmente concentrada nos grandes centros urbanos. A abordagem multissetorial, reuniu poder público, iniciativa privada e academia, demonstrou que os desafios urbanos exigem olhares diversos e soluções colaborativas. Neste sentido, a agenda focada em governança pública e inovação sugere uma visão que transcende as soluções tecnológicas, reconhecendo a importância das estruturas de gestão e políticas públicas.

No entanto, uma leitura mais aprofundada expõe certas limitações. O formato de “reunião estratégica” mantém um caráter elitista e tecnocrático, onde especialistas e gestores discutem sobre os cidadãos, mas não necessariamente com os cidadãos. Tal abordagem reproduz o paradoxo das cidades inteligentes, como falar em inclusão usando mecanismos que excluem a participação popular direta? A ausência de metodologias claras de engajamento do cidadão e a falta de transparência sobre os desfechos concretos do evento reforçam a percepção

de que se trata mais de um espaço de discussão do que de um efetivo mecanismo de governança participativa.

O evento pareceu operar dentro do paradigma hegemônico das cidades inteligentes, com pouco espaço para contranarrativas ou questionamentos mais profundos sobre o modelo de desenvolvimento urbano que está sendo promovido. Há um risco concreto de que, sob o discurso inovador e inclusivo, se perpetuem estruturas tradicionais de poder e se legitimem soluções tecnológicas que atendem mais aos interesses do mercado do que às reais necessidades da população. A verdadeira medida do sucesso de tais iniciativas não estará na qualidade do debate, mas na capacidade de gerar processos transformadores que de fato redistribuam o poder de decisão e incluam as vozes marginalizadas no planejamento urbano. O desafio aqui, é como transformar esses espaços de discussão técnica em arenas (Schatzki, 2005) que sejam verdadeiramente democráticas onde a inteligência da cidade emerja não da tecnologia, mas da sabedoria coletiva de seus habitantes.

Analisando o evento pela lente da ontologia das práticas sociais de Schatzki (2005; 2006), podemos compreender suas contradições como expressões de diferentes arranjos de práticas em tensão. O evento, em si, constituiu um “site” social específico, no qual, houve um entrelaçamento de práticas organizadas em torno da discussão sobre cidades inteligentes. Sob essa perspectiva, seus aspectos positivos e limitações revelam a materialidade e a estrutura das práticas que o compuseram. Por um lado, a capacidade de descentralizar o debate para o interior pode ser compreendida como uma reorganização do “contexto social”, um rearranjo das práticas de discussão urbana que historicamente se concentravam em grandes centros. Tal mudança indicam uma tentativa de criar um novo arranjo de práticas que sejam mais inclusivos e contextualmente relevante, se alinhando com a ideia schatzkiana de que os fenômenos sociais são constituídos em “sites” específicos.

No entanto, o formato da reunião estratégica, enquanto prática social organizada, pode perpetuar um conjunto de atividades (discursos técnicos, metodologias de engajamento restritas e dinâmicas de poder hierárquicas) que reproduziram exclusões. A contradição central, onde se fala “sobre” os cidadãos sem falar “com” os cidadãos, evidencia um descompasso entre as “práticas discursivas” (o falar em inclusão) e as “práticas materiais” (a exclusão efetiva do cidadão).

Em última análise, a governança da Londrina Inteligente opera em um paradoxo, enquanto seu discurso prega a inclusão e o debate aberto, sua prática concreta revela uma

tendência a contornar os próprios mecanismos de participação. As decisões fundamentais são frequentemente tomadas em instâncias restritas, dominadas por tecnocratas e representantes corporativos, transformando a participação social em mera formalidade.

Por fim, existe uma lacuna crítica na concepção de cidades inteligentes. Questões essenciais permanecem sem uma resposta adequada, como são distribuídos o poder decisório? Quais mecanismos concretos garantem o controle social? De que forma as comunidades tradicionais e periféricas são efetivamente incorporadas ao processo? A governança da Londrina Inteligente, apesar de pretender um debate e fomentar as discussões para o futuro da cidade, não fica preso às estruturas de governança e participação previstas no estatuto, podendo, portanto, ignorar de fato a participação cidadã. E estas questões se faz necessário incluir na agenda dos estudos sobre as cidades inteligentes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo compreender de que maneira as práticas sociais configuram a governança em cidades inteligentes, tomando a cidade de Londrina, no Paraná, como estudo de caso. Se adotou a ontologia das práticas sociais de Theodore Schatzki como seu fundamento teórico. Para Schatzki, as práticas se constituem como fenômenos não individuais, cuja identidade é estabelecida pela “inteligibilidade prática”, sendo assim, as práticas não se resumem a hábitos ou costumes, mas representam arranjos organizados de atividades humanas interconectadas, ou seja, um “padrão de ação” compartilhado por um grupo (Schatzki, 2003; 2005; 2006). Segundo essa perspectiva, as práticas são sustentadas por uma estrutura composta por três elementos inter-relacionados (regras, estrutura teleoafetiva e entendimentos), a qual, em sua interação, constitui uma inteligibilidade coletiva.

A partir desse referencial, foi possível analisar as interações entre atores, tecnologias e instituições que constituem a governança “Londrina Inteligente”, em especial atenção à participação cidadã nesse processo, e para tanto foram estabelecidos os objetivos, geral e específicos, que orientaram esta pesquisa, além de identificar os limites e contradições que permeiam esse estudo.

Primeiro a compreensão prática, a qual é o “saber como” agir dentro de uma prática, portanto, é o conhecimento tácito e incorporado de como fazer as coisas. Segundo se tem as regras, que para Schatzki são “diretrizes, princípios, instruções explícitas ou proibições”. E por fim, a teleoafetividade, sendo o conceito central e original de Schatzki. A teleoafetividade é a combinação de teologia (fins / objetivos), são os propósitos, metas e resultados que os participantes da prática buscam, e afetividade (emoções / humores), são os estados emocionais considerados apropriados ou que emergem durante a prática. Diante do exposto, esses três elementos em conjunto orientam a ação do indivíduo (Schatzki, 2003; 2005; 2006).

A análise à luz de Schatzki revelou que os arranjos materiais, como sistemas de monitoramento, plataformas digitais e sensores, não são acompanhados por mecanismos que garantam transparência, devolução de dados ou participação efetiva. Logo, a grande contribuição de Schatzki está nas premissas de que a realidade social é um “campo de práticas”, ou seja, tudo que fazemos, trabalhar, amar, praticar esportes, usar a tecnologia, faz parte ou está inserida em uma ou mais práticas sociais. As práticas precedem o indivíduo, nascemos em um mundo repleto de práticas existentes, as quais moldam quem somos, como pensamos e o que fazemos, portanto, nossa identidade e nossa agência são formadas “dentro” dessas práticas.

Deste modo, a organização social é a organização das práticas. As instituições, organizações e estruturas sociais (como o Estado e a família) são vistas como complexos ou constelações de práticas e arranjos materiais interligados.

Schatzki insiste que as práticas, portanto, não existem no vácuo, estão entrelaçadas com um arranjo material. Tais arranjos incluem os objetos, os quais são as ferramentas, tecnologias, mobília, já os ambientes são os prédios, salas, ruas, paisagens, e por fim, os seres humanos. Dado isso, a junção das práticas sociais e dos arranjos materiais formam o que Schatzki chama de “campos sociais”, exemplificando, em uma cidade inteligente, o participar, deliberar, o votar, são considerados práticas sociais, e os aplicativos, sensores e dados, são os arranjos, e juntos formam a realidade de uma cidade.

Sendo assim, a análise realizada para atender os objetivos específicos permitiu compreender, de forma integrada, como a governança da Londrina Inteligente se configura na prática. De início se identificou que a governança é constituída por um feixe de práticas sociais e institucionais articuladas principalmente por atores do poder público, setor privado e academia. Estas práticas são orientadas por uma estrutura teleoafetiva que prioriza a eficiência e a inovação tecnológica, regras formais (como o regimento interno) e entendimentos práticos especializados. Embora, esta organização revela uma seletividade significativa, onde a presença é dominada por atores com capital técnico e político, enquanto se verifica a ausência marcante do cidadão nos processos decisórios estratégicos, substituído por uma representação indireta e, frequentemente, simbólica.

Essa dinâmica é sustentada por arranjos materiais específicos, os quais, materializam e reforçam o modelo de governança vigente. Tais arranjos são utilizados predominantemente para a coleta de dados e otimização de serviços, mas não são acompanhados por mecanismos robustos de transparência, devolução de informação ou canais acessíveis de interação. Projetos emblemáticos, como o da Rua Sergipe, ilustram como a tecnologia é implementada de cima para baixo, ou seja, dos níveis mais alto da gestão para a população, sem uma consulta efetiva aos seus destinatários finais.

Logo, a percepção dos tomadores de decisão que foram entrevistados corrobora esta lógica. Embora o discurso oficial coloque retoricamente o “cidadão no centro”, a visão entre os gestores não passa de uma visão instrumental. O cidadão é enquadrado como um usuário ou consumidor de serviços tecnológicos, e a sua participação é considerada sob a forma de consulta ou prestação de contas, nunca como coprodução ou controle. Justificativas baseadas na

inviabilidade logística de envolver toda a população servem para mascarar a falta de vontade política ou de métodos que sejam inovadores para uma participação mais substantiva. Conseqüentemente, a forma como as tecnologias e os arranjos materiais são empregados dificulta a participação democrática. A infraestrutura inteligente, em vez de abrir novos caminhos para a deliberação e o controle social, acaba por cristalizar as assimetrias de poder existentes. No entanto, a falta de transparência dos dados, a exclusão digital e a centralização das decisões impedem que a inteligência da cidade seja um atributo coletivo e democraticamente construído.

Os resultados evidenciam que Londrina possui uma estrutura de governança formalmente organizada, com participação de setores público, privado, acadêmico e da sociedade civil organizada. No entanto, essa aparente abertura esconde uma dinâmica essencialmente tecnocrática e elitizada. A governança opera como um “feixe de práticas” (Schatzki, 2005), onde regras, entendimentos práticos e teleoafetividades, como a busca por eficiência, inovação e a própria noção de “qualidade de vida”, orientam as ações dos atores. Embora, a participação cidadã direta seja limitada, se restringindo majoritariamente a representações indiretas e a mecanismos consultivos, caracterizando o que Arnstein (1969) classificaria como *tokenismo*.

A aplicação da “escada da participação cidadã” de Cardullo e Kitchin (2019) permitiu identificar que a inclusão do cidadão na governança de Londrina se situa nos degraus mais baixos da escada participativa. Projetos como o protótipo da Rua Sergipe e a atuação do CIOP ilustram como as tecnologias são implementadas sem consulta prévia ou retorno efetivo à população, reforçando uma lógica de cidadania como consumo de serviços, e não como exercício de direitos. A fala de um dos entrevistados “como você vai escolher um representante da população? Não tem como, são 600 mil [...], isso não é viável”, sintetiza a barreira institucional e conceitual que ainda separa a governança tecnocrática de um modelo verdadeiramente deliberativo.

Além disso, a análise Schatzkiana revelou que os arranjos materiais não são neutros, eles são constituídos pelas práticas de governança, reproduzindo assimetrias de poder e excluindo grupos com menor acesso digital ou capital político. A governança, portanto, não é um modelo abstrato, mas um processo situado, marcado por tensões entre a retórica da “cidade para o cidadão” e a realidade de uma governança “para o cidadão”, mas sem o cidadão. Este estudo, demonstrou, portanto, que a “inteligência” de uma cidade não é um atributo técnico,

contudo uma qualidade relacional e política, constantemente negociada e contestada nas malhas de práticas e arranjos.

As discussões em um evento como a Reunião Estratégica Regional — Londrina evidenciou o quanto tende a privilegiar as soluções tecnológicas como respostas para problemas urbanos complexos, negligenciando potencialmente as dimensões sociais, culturais e políticas. A participação em tais eventos, em sua maioria, é composta por uma elite “pensante”, por gestores de empresas públicas ou privadas, e raramente se tem o cidadão comum, onde eles não participam das decisões que são tomadas. Do ponto de vista teórico, a ontologia de Schatzki se mostrou potente para desnaturalizar estruturas de governança e revelar como elas são produzidas no cotidiano das interações. A noção de “site” (Schatzki, 2005; 2006) como o lócus do social permitiu ancorar a análise no contexto específico na cidade de Londrina, evitando, assim, generalizações. Todavia, se evidenciou os desafios de operacionalizar conceitos como a “estrutura teleoafetiva” e os “arranjos materiais” em um contexto urbano-digital fluído, onde as práticas se deslocam entre o físico e o virtual.

Em termos práticos, a pesquisa aponta a necessidade de ampliar canais de participação direta, como orçamento participativo digital, consultas públicas vinculantes e plataformas deliberativas, sem os quais a participação cidadã seria meramente formalidade, um ritual vazio onde as pessoas são ouvidas, mas suas opiniões não têm nenhum impacto real na tomada de decisão ou nas políticas públicas, ou seja, é necessário criar mecanismos que elevem a participação cidadã aos degraus mais altos da escada de Cardullo e Kitchin (2019); governança de dados inclusiva, implementando uma política robusta de transparência e a abertura de dados urbanos, os quais sejam acessíveis e compreensíveis para todos os cidadãos; a promoção da educação digital e inclusão tecnológica, como condição para uma participação cidadã efetiva.

A aplicação da lente teórica de Schatzki possibilitou analisar a governança não como uma estrutura estática, mas como um campo de práticas em constante (re)configuração. Sendo assim, os resultados demonstraram que, embora Londrina possua uma estrutura formal de governança colaborativa, a participação cidadã permanece simbólica (*tokenismo*), conforme a escada de participação de Arnstein (1969) e Cardullo e Kitchin (2019). A governança local é marcada por uma teleoafetividade, a qual, prioriza eficiência e inovação tecnológica, orientada por uma elite técnica, empresarial e acadêmica. O cidadão, embora discursivamente colocado no centro, é, na prática, excluído dos processos decisórios, reduzindo a mero usuário ou fonte de dados.

Assim, a configuração da governança em Londrina é um processo em disputa, onde a retórica da “cidade centrada no cidadão” não se materializa em práticas inclusivas. Para transcender o modelo tecnocrático, é importante que se reconfigure simultaneamente as práticas e os arranjos materiais, criando canais deliberativos, políticas de dados abertos e mecanismos de educação digital que elevem a participação aos patamares mais altos da escada da participação (coprodução e controle cidadão).

Por fim, esta dissertação reforça que a inteligência de uma cidade não se mede somente por sua infraestrutura tecnológica ou por seu desempenho em *rankings* nacionais, mas pela capacidade de suas estruturas de governança de promoverem uma democracia substantiva, inclusiva e responsiva. O caso de Londrina exemplifica um caminho em construção, ao mesmo tempo que evidencia os riscos inerentes a um modelo de cidade inteligente que, ao buscar a eficiência, pode negligenciar a equidade social. Que esta pesquisa possa servir como uma contribuição para repensar as cidades inteligentes não como projetos tecnológicos fechados, mas, como arenas abertas de disputa, deliberação e construção coletiva, espaços nos quais o cidadão não seja um mero destinatário das políticas, e sim, autor e protagonista da sua própria cidade.

A pergunta final do estudo, “**projeto de quem, para quem?**” Ecoa como um chamado para que a “inteligência” urbana seja constantemente questionada sobre seus fins reais e seus beneficiários efetivos. Portanto, esta pesquisa contribui para a literatura ao articular a ontologia das práticas sociais de Schatzki com o debate crítico sobre cidades inteligentes, oferecendo uma lente disruptiva para desvendar a governança. Esta pesquisa abre o debate para estudos futuros sobre a realidade vivida de uma cidade inteligente e a teoria das práticas sociais

REFERÊNCIAS

- Abu-Rayash, A., & Dincer, I. (2021). Development of integrated sustainability performance indicators for better management of smart cities. *Sustainable Cities and Society*, 67, 102704. <https://doi.org/10.1016/j.scs.2020.102704>.
- Abu-Rayash, A., & Dincer, I. (2023). Development and application of an integrated smart city model. *Heliyon*, 9(4). <https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2023.e14347>.
- Afonso, R. A., Da Costa, L. C., Álvaro, A., & Garcia, V. C. (2015). SCiAl: usando dados públicos para agrupar cidades Alagoanas. *GESTÃO. Org*, 13(4), 331-339. <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/gestaoorg/article/view/22125>.
- Ahmed, S. M., Khanam, M., & Shuchi, N. S. (2024). COVID-19 pandemic in Bangladesh: A scoping review of governance issues affecting response in public sector. *Public Health in Practice*, 7, 100457. <https://doi.org/10.1016/j.puhip.2023.100457>.
- Al-Badi, A., & Khan, A. I. (2022). A Sustainable Development Neural Network Model for Big Data in Smart Cities. *Procedia Computer Science*, 202, 408-413. <https://doi.org/10.1016/j.procs.2022.04.057>.
- Alcaide Muñoz, C., Alcaide Muñoz, L., & Rodríguez Bolívar, M. P. (2022). Strategic alignment of open government initiatives in Andalusia. *International Review of Administrative Sciences*, 89(3), 685-702. <https://doi.org/10.1177/00208523221086125>.
- Anisetti, M., Ardagna, C., Bellandi, V., Cremonini, M., Frati, F., & Damiani, E. (2018). Privacy-aware Big Data Analytics as a service for public health policies in smart cities. *Sustainable cities and society*, 39, 68-77. <https://doi.org/10.1016/j.scs.2017.12.019>.
- Antwi-Afari, P., Owusu-Manu, D.-G., Ng, S. T., & Asumadu, G. (2021). Modeling the smartness or smart development levels of developing countries' cities. *Journal of Urban Management*, 10(1), 369-381. <https://doi.org/10.1016/j.jum.2021.06.005>.
- Avritzer, L. (2008). Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. *Opinião pública*, 14(1), 43-64. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762008000100002>.
- Bagloee, S. A., Heshmati, M., Dia, H., Ghaderi, H., Pettit, C., & Asadi, M. (2021). Blockchain: The operating system of smart cities. *Cities*, 112, 103104. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2021.103104>.
- Bannister, F., & Connolly, R. (2014). ICT, public values and transformative government: A framework and programme for research. *Government information quarterly*, 31(1), 119-128. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2013.06.002>.
- Barberio, L. D. G., Manocchio, F. G. S., & Gallo, F. (2023). Micromobilidade urbana e atuação de agentes financeiros: o caso da empresa Tembici (Banco Itaú) na cidade de São Paulo, Brasil. *Geografares*, (37). <https://doi.org/10.47456/geo.v3i37.41501>.

- Barnes, B. (1995). *The elements of social theory* (1st ed.). Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Barnes, B. (2001). Practice as collective action. In: Schatzki, Theodore R.; Cetina, Karin Knorr & Savigny, Eike Von. (org.). *The practice turn in contemporary theory* (Vol. 44), pp. 25-36. Londres e Nova Yorque: Routledge.
- Basu, I. (2019). Elite discourse coalitions and the governance of ‘smart spaces’: Politics, power and privilege in India's Smart Cities Mission. *Political Geography*, 68, 77-85. <https://doi.org/10.1016/j.polgeo.2018.11.002>.
- Bayat, A., & Kawalek, P. (2021). Digitization and urban governance: The city as a reflection of its data infrastructure. *International Review of Administrative Sciences*, 89(1), 21-38. <https://doi.org/10.1177/00208523211033205>.
- Benozzo, Angelo. (2018). Poststructuralism. In: Cassell, Catherine; Cunliffe, Ann L.; Grandy, Gina (Edit.). *The SAGE Handbook of Qualitative Business and Management Research Methods*, pp. 86-101. London: SAGE.
- Biloria, N. (2021). From smart to empathic cities. *Frontiers of Architectural Research*, 10(1), 3-16. <https://doi.org/10.1016/j.foar.2020.10.001>.
- Bonab, A. B., Fedele, M., Formisano, V., & Rudko, I. (2023). Urban quantum leap: A comprehensive review and analysis of quantum technologies for smart cities. *Cities*, 140, 104459. <http://doi.org/10.1016/j.cities.2023.104459>.
- Boukhris, I., Ayachi, R., Elouedi, Z., Mellouli, S., & Amor, N. B. (2015). Decision Model for Policy Makers in the Context of Citizens Engagement: Application on Participatory Budgeting. *Social Science Computer Review*, 34(6), 740-756. <https://doi.org/10.1177/0894439315618882>.
- Brewer, J. D. (2004). In: CASSEL, Catherine; SYMON, Gilian. (Edit.). *Ethnography. Essential guide to qualitative methods in organizational research*, pp. 312-322.
- Broadhurst, K. (2022). Contextualising co-production and complex needs: Understanding the engagement of service users with severe and multiple disadvantages. *Public Policy and Administration*, 39(2), 259-277. <https://doi.org/10.1177/09520767221122277>.
- Burns, R., & Andrucki, M. (2020). Smart cities: Who cares? *Environment and Planning A: Economy and Space*, 53(1), 12-30. <https://doi.org/10.1177/0308518X20941516>.
- Cardullo, P., & Kitchin, R. (2018). Smart urbanism and smart citizenship: The neoliberal logic of ‘citizen-focused’ smart cities in Europe. *Environment and Planning C: Politics and Space*, 37(5), 813-830. <https://doi.org/10.1177/0263774X18806508>.
- Cardullo, P., & Kitchin, R. (2019). Being a ‘citizen’ in the smart city: Up and down the scaffold of smart citizen participation in Dublin, Ireland. *GeoJournal*, 84(1), 1–13. <https://doi.org/10.1007/s10708-018-9845-8>.

Chen, Z., Gan, W., Wu, J., Lin, H., & Chen, C. M. (2024). Metaverse for smart cities: A surveys. *Internet of Things and Cyber-Physical Systems*, 4, 203-216. <https://doi.org/10.1016/j.iotcps.2023.12.002>.

Christians, C. G. (2006). A ética e a política na pesquisa qualitativa. In: Denzin, NK & Lincoln, YS (Org.). *O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: Teorias e Abordagens*. 2. Ed., pp. 141-162. Porto Alegre: Artmed.

Controladoria-Geral da União. (s.d.). *Governança*. Recuperado em 20 de abril de 2025. <https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/campanhas/integridade-publica/governanca>.

Cortés-Cediel, M. E., Cantador, I., & Bolívar, M. P. R. (2021). Analyzing Citizen Participation and Engagement in European Smart Cities. *Social Science Computer Review*, 39(4), 592-626. <https://doi.org/10.1177/0894439319877478>.

Costa, B. G. dos S., & Pinto, M. de R. (2021). *As ontologias de Theodore Schatzki e Milton Santos para pesquisas de consumo-práticas nos lugares urbanos*. IX Encontro de Marketing da ANPAD – EMA 2021, Evento On-line. <https://anpad.com.br/uploads/articles/110/approved/eae27d77ca20db309e056e3d2dcd7d69.pdf>.

Cousin, Glynis. (2010) Positioning positionally: the reflexive turn. In: Savin-Baden, Maggi & Major, Claire Howell. (Edit.). *New approaches to qualitative research: wisdom uncertainty*, pp. 9-18. London; New York: Routledge.

Creswell, J. W. (2014). *Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa-: Escolhendo entre Cinco Abordagens*. Penso Editora.

Crotty, M. J. (1998). The foundations of social research: Meaning and perspective in the research process, pp. 1-17. Crows Nest, Australia: Allen & Unwin.

Curşeu, P. L., Semeijn, J. H., & Nikolova, I. (2021). Career challenges in smart cities: A sociotechnical systems view on sustainable careers. *Human Relations*, 74(5), 656-677. <https://doi.org/10.1177/0018726720949925>.

Da Cruz, N. F., Rode, P., McQuarrie, M., Badstuber, N., & Robin, E. (2023). Networked Urban Governance: A Socio-Structural Analysis of Transport Strategies in London and New York. *Urban Affairs Review*, 59(6), 1908-1949. <https://doi.org/10.1177/10780874221117463>.

Dacombe, R., & Wojciechowska, M. (2024). Social Choice and Citizen Participation: Bringing Democratic Theory to Public Administration. *Political Studies Review*, 22(4), 722-739. <https://doi.org/10.1177/14789299231203657>.

Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (2006). In: Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (Org.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*, 2. ed., pp 15-41. Porto Alegre: Artmed.

Ebdon, C., & Franklin, A. L. (2006). Citizen participation in budgeting theory. *Public administration review*, 66(3), 437-447. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6210.2006.00600.x>.

- Ebolor, A. (2023). Backcasting frugally innovative smart sustainable future cities. *Journal of Cleaner Production*, 383, 135300. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2022.135300>.
- Fischer, F. (2009). *Democracy and expertise: Reorienting policy inquiry*. OUP Oxford.
- Flick, U. (2013). *Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes*. Porto Alegre: Penso Editora.
- Giuliodori, A., Berrone, P., & Ricart, J. E. (2023). Where smart meets sustainability: The role of Smart Governance in achieving the Sustainable Development Goals in cities. *BRQ Business Research Quarterly*, 26(1), 27-44. <https://doi.org/10.1177/23409444221091281>.
- Godinho, MA, Borda, A., Kariotis, T., Molnar, A., Kostkova, P., & Liaw, S.-T. (2021). Knowledge co-creation in participatory policy and practice: Building community through data-driven direct democracy. *Big Data & Society*, 8(1), 20539517211019430. <https://doi.org/10.1177/20539517211019430>.
- González Rey, F. L. (2005). *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação*. São Paulo: editora Pioneira Thomson Learning.
- Gonzalez, R. A., Ferro, R. E., & Liberona, D. (2020). Government and governance in intelligent cities, smart transportation study case in Bogotá Colombia. *Ain Shams Engineering Journal*, 11(1), 25-34. <https://doi.org/10.1016/j.asej.2019.05.002>.
- Governança Londrina Inteligente (2024). *Regimento interno: Acordo de convivência*. Londrina, PR: Governança Londrina Inteligente.
- Grossi, G., & Welinder, O. (2024). Smart cities at the intersection of public governance paradigms for sustainability. *Urban Studies*, 61(10), 2011-2023. <https://doi.org/10.1177/00420980241227807>.
- Guba, E. G. (1990). The paradigm dialog. In *Alternative paradigms conference, mar, 1989, indianapolis, school of education, san francisco, ca, us*. Sage Publications, Inc.
- Guedes, Danilo Rodrigues & Silva Júnior, A. Rufino da. (2021). Governança Pública no Brasil: Estado da Arte dos Estudos Publicados de 2009 a 2019. *Revista Controladoria e Gestão*, 2(1), 370–387. <https://periodicos.ufs.br/rcg/article/view/14126>.
- Guenduez, A. A., Mergel, I., Schedler, K., Fuchs, S., & Douillet, C. (2024). Institutional work in smart cities: Interviews with smart city managers. *Urban Governance*, 4(1), 80-90. <https://doi.org/10.1016/j.ugj.2024.01.003>.
- Guo L, Chai Y, Yang C, Zhang L, Guo H & Yang H. (2023). Has smart city transition elevated the provision of healthcare services? Evidence from China's Smart City Pilot Policy. *Digital Health*, 9, 20552076231197335. <https://doi.org/10.1177/20552076231197335>.
- Hartog, F. B. den., van den Akker, R., & van Houdt, F. (2024). To what extent are Dutch citizens' interests and rights protected by ethical guidelines for smart cities? *Cities*, 146, 104690. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2023.104690>.

- Hashim, H. (2024). E-government impact on developing smart cities initiative in Saudi Arabia: Opportunities & challenges. *Alexandria Engineering Journal*, 96, 124-131. <https://doi.org/10.1016/j.aej.2024.04.008>.
- Hatuka, T., & Zur, H. (2020). From smart cities to smart social urbanism: A framework for shaping the socio-technological ecosystems in cities. *Telematics and Informatics*, 55, 101430. <https://doi.org/10.1016/j.tele.2020.101430>.
- Hernández-Sampieri, R. (2013). Metodologia de pesquisa [recurso eletrônico] /Roberto Hernández Sampieri, Carlos Fernández Collado, María del Pilar Baptista Lucio; tradução: Daisy Vaz de Moraes; revisão técnica: Ana Gracinda Queluz Garcia, Dirceu da Silva, Marcos Júlio. Dados eletrônicos. Porto Alegre: Penso. <https://ifsp.pergamum.com.br/acervo/40817>.
- Honingh, M., Bondarouk, E., & Brandsen, T. (2020). Co-production in primary schools: a systematic literature review. *International Review of Administrative Sciences*, 86(2), 222-239. <https://doi.org/10.1177/0020852318769143>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2023). Londrina. <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/londrina.html>.
- Ivars-Baidal, J. A., Celdrán-Bernabeu, M. A., Femenia-Serra, F., Perles-Ribes, J. F., & Vera-Rebollo, J. F. (2023). Smart city and smart destination planning: Examining instruments and perceived impacts in Spain. *Cities*, 137, 104266. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2023.104266>.
- Jang, S. G., & Gim, T. H. T. (2022). Considerations for encouraging citizen participation by information-disadvantaged groups in smart cities. *Sustainable Cities and Society*, 76, 103437. <https://doi.org/10.1016/j.scs.2021.103437>.
- Jäntti, A., Paananen, H., Kork, A.-A., & Kurkela, K. (2023). Towards Interactive Governance: Embedding Citizen Participation in Local Government. *Administration & Society*, 55(8), 1529-1554. <https://doi.org/10.1177/00953997231177220>.
- Jessop, B. (1998). The rise of governance and the risks of failure: the case of economic development. *International social science journal*, 50(155), 29-45. <https://doi.org/10.1111/1468-2451.00107>.
- Jiang, H., Geertman, S., & Witte, P. (2023). The contextualization of smart city technologies: An international comparison. *Journal of Urban Management*, 12(1), 33-43. <https://doi.org/10.1016/j.jum.2022.09.001>.
- Jirón, P., Imilán, W. A., Lange, C., & Mansilla, P. (2021). Placebo urban interventions: Observing Smart City narratives in Santiago de Chile. *Urban Studies*, 58(3), 601-620. <https://doi.org/10.1177/0042098020943426>.
- Kaiser, Z. A. (2024). Smart governance for smart cities and nations. *Journal of Economy and Technology*, 2, 216-234. <https://doi.org/10.1016/j.ject.2024.07.003>.
- Kiss, B., Sekulova, F., Hörschelmann, K., Salk, C. F., Takahashi, W., & Wamsler, C. (2022). Citizen participation in the governance of nature-based solutions. *Environmental Policy and*

Governance, 32(3), 247-272. <https://doi.org/10.1002/eet.1987>.

Koca, G., Egilmez, O., & Akcakaya, O. (2021). Evaluation of the smart city: Applying the dematel technique1. *Telematics and Informatics*, 62, 101625. <https://doi.org/10.1016/j.tele.2021.101625>.

Kopackova, H., Komarkova, J., & Horak, O. (2022). Enhancing the diffusion of e-participation tools in smart cities. *Cities*, 125, 103640. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2022.103640>.

Korecki, M., Dailisan, D., Yang, J., & Helbing, D. (2024). Democratizing traffic control in smart cities1. *Transportation Research Part C: emerging technologies*, 160, 104511. <https://doi.org/10.1016/j.trc.2024.104511>.

Kowal, Sabune & O'Connell, Daniel C. (2014). Analysing Interviews. In. Flick, U. *The SAGE handbook of qualitative data analysis*, pp. 64-78. London: SAGE Publications. Retrieved from.

Kuitert, L., Volker, L., & Grandia, J. (2024). Facing NPG implementation problems in municipal organizations: The wickedness of combined value systems. *Public Policy and Administration*, 39(3), 365-383. <https://doi.org/10.1177/09520767231189016>.

Leino, H., & Puumala, E. (2021). What can co-creation do for the citizens? Applying co-creation for the promotion of participation in cities. *Environment and Planning C: Politics and Space*, 39(4), 781-799. <https://doi.org/10.1177/2399654420957337>.

Li, L., Taeihagh, A., & Tan, S. Y. (2022). What factors drive policy transfer in smart city development? Insights from a Delphi study. *Sustainable Cities and Society*, 84, 104008. <https://doi.org/10.1016/j.scs.2022.104008>.

Mao, C., Wang, Z., Yue, A., Liu, H., & Peng, W. (2023). Evaluation of smart city construction efficiency based on multivariate data fusion: A perspective from China. *Ecological Indicators*, 154, 110882. <https://doi.org/10.1016/j.ecolind.2023.110882>.

Markussen, H. R. (2023). Covid-19 contact-tracing apps and the public/private co-production of security. *Security Dialogue*, 54(5), 436-454. <https://doi.org/10.1177/09670106231194919>

Marsden, G., Reardon, L., Campbell, M., Gupta, S., & Verma, A. (2024). Tightly Bound, Loosely Interpreted: Meta-Governance and Local Institutional Adaptation in the Implementation of the Smart Cities Mission India. *Administration & Society*, 56(4), 446-472. <https://doi.org/10.1177/00953997241237531>.

Marvasti, Amir B. (2014). Analysing Interviews. In. Flick, U. *The SAGE handbook of qualitative data analysis*, pp. 354-366. London: SAGE Publications. Retrieved from.

Michels, A. (2019). Participation in citizens summits and public engagement. *International Review of Administrative Sciences*, 85(2), 211-227. <https://doi.org/10.1177/0020852317691117>.

Michels, A., & Binnema, H. (2019). Assessing the Impact of Deliberative Democratic

Initiatives at the Local Level: A Framework for Analysis. *Administration & Society*, 51(5), 749-769. <https://doi.org/10.1177/0095399718760588>.

Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. (1995). *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*. Brasília: Presidência da República.

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf>.

Nguyen, H., Nawara, D., & Kashef, R. (2024). Connecting the indispensable roles of iot and artificial intelligence in smart cities: a survey. *Journal of Information and Intelligence*, 2(3), 261-285. <https://doi.org/10.1016/j.jiixd.2024.01.003>.

Nicolini, D. (2012). *Practice theory, work, and organization: An introduction*. OUP Oxford.

Noveck, B. (2015). *Smart Citizens, Smarter State: The Technologies of Expertise and the Future of Governing*. Cambridge, MA and London, England: Harvard University Press.

<https://doi.org/10.4159/9780674915435>.

Obringer, R., & Nateghi, R. (2021). What makes a city 'smart' in the Anthropocene? A critical review of smart cities under climate change. *Sustainable Cities and Society*, 75, 103278.

<https://doi.org/10.1016/j.scs.2021.103278>.

Ozkaya, G., & Erdin, C. (2020). Evaluation of smart and sustainable cities through a hybrid MCDM approach based on ANP and TOPSIS technique. *Heliyon*, 6(10).

<https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2020.e05052>.

Palomo-Navarro, Á., & Navío-Marco, J. (2018). Smart city networks' governance: The Spanish smart city network case study. *Telecommunications Policy*, 42(10), 872-880.

<https://doi.org/10.1016/j.telpol.2017.10.002>.

Paskaleva, K., Evans, J., & Watson, K. (2021). Co-producing smart cities: A Quadruple Helix approach to assessment. *European Urban and Regional Studies*, 28(4), 395-412.

<https://doi.org/10.1177/09697764211016037>.

Passos, J. S. L., & Bulgacov, Y. L. M. (2019). Da Filosofia para os Estudos Organizacionais: o percurso ontológico de Schatzki na teoria da prática social. *Revista pensamento contemporâneo em administração*, 13(1), 1-15. <https://doi.org/10.12712/rpca.v13i1.27435>.

PPGA-UEL. (n.d.). *Linhas de pesquisa*. Universidade Estadual de Londrina.

<https://pos.uel.br/ppga/linhas-de-pesquisa/>.

Prasad, D., Alizadeh, T., & Dowling, R. (2021). Multiscalar smart city governance in India. *Geoforum*, 121, 173-180. <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2021.03.001>.

Prefeitura Municipal de Londrina. (2019). *História cidade*.

<https://portal.londrina.pr.gov.br/historia-cidade>.

Presidência da República. (2017, 22 de novembro). Decreto Nº 9.203, de 22 de novembro de 2017. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Planalto. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-

[2018/2017/decreto/d9203.htm](https://doi.org/10.1177/10468781241271080).

Qiu, Y., Lin, Y., He, J., & Lu, H. (2024). Using Social Media Data to Understand Citizen Perceptions of Urban Planning in a City Simulation Game. *Simulation & Gaming*, 55(5), 943-963. <https://doi.org/10.1177/10468781241271080>.

Regal, B., Ferlie, E., Aagaard, P., & Vrbek, S. (2024). Governance modes, mayoral leadership and transitions to public sector co-creation across Europe. *Public Policy and Administration*, 09520767241231598. <https://doi.org/10.1177/09520767241231598>.

Roulston, K. (2014). Analysing Interviews. In: Flick, U. *The SAGE handbook of qualitative data analysis*, pp. 297-312. London: SAGE Publications. Retrieved from.

Sahamies, K., Haveri, A., & Anttiroiko, A.V. (2022). Local Governance Platforms: Roles and Relations of City Governments, Citizens, and Businesses. *Administration & Society*, 54(9), 1710-1735. <https://doi.org/10.1177/00953997211072531>.

Santos, L. L. D. S., & Silveira, R. A. D. (2015). Por uma epistemologia das práticas organizacionais: a contribuição de Theodore Schatzki. *Organizações & Sociedade*, 22, 79-98. <https://doi.org/10.1590/1984-9230724>.

Santos, Minton & Silveira, M. L. Território e Sociedade: Entendendo a Relação entre Práticas e Arranjos Materiais. Editora Contexto, 2015.

Schatzki, T. (2001). Introduction: practice theory. In: Schatzki, Theodore R.; Cetina, Karin Knorr & Savigny, Eike Von. (org.). *The practice turn in contemporary theory*, pp. 10-23. Londres e Nova Yorque: Routledge.

Schatzki, T. (2001). Practice mind-ed orders. In: Schatzki, Theodore R.; Cetina, Karin Knorr & Savigny, Eike Von. (org.). *The practice turn in contemporary theory*, pp. 50-65. Londres e Nova Yorque: Routledge.

Schatzki, T. R. (2003). A new societist social ontology. *Philosophy of the social sciences*, 33(2), 174-202. <https://doi.org/10.1177/0048393103033002002>.

Schatzki, T. R. (2003). A Primer on Practices: Theory and Research. In: K. Knorr-Cetina, T. R. Schatzki, & E. von Savigny (Eds.), *The Practice Turn in Contemporary Theory*. Routledge.

Schatzki, T. R. (2005). Peripheral Vision: The Sites of Organizations. *Organization Studies*, 26(3), 465-484. <https://doi.org/10.1177/0170840605050876>.

Schatzki, T. R. (2006). On organizations as they happen. *Organization studies*, 27(12), 1863-1873. <https://doi.org/10.1177/0170840606071942>.

Schmidt, A. (2019). Tensions and Dilemmas in Crisis Governance: Responding to Citizen Volunteers. *Administration & Society*, 51(7), 1171-1195. <https://doi.org/10.1177/0095399719836734>.

Sweeting, D., de Alba-Ulloa, J., Pansera, M., & Marsh, A. (2022). Easier said than done?

Involving citizens in the smart city. *Environment and Planning C: Politics and Space*, 40(6), 1365-1381. <https://doi.org/10.1177/23996544221080643>.

Tan, X., Dou, X., Zhang, Y., Xing, C., Bai, B., & Miao, R. (2021). The Structural Dilemma of Citizen Participation: The Interactive Influence of Social Status and Subjective Social Mobility. *Journal of Pacific Rim Psychology*, 15. <https://doi.org/10.1177/18344909211003169>.

Thabit, S., & Mora, L. (2024). The collaboration dilemma in smart city projects: Time to ask the right questions. *Organization*, 31 (7), 1058-1069. <https://doi.org/10.1177/13505084231183949>.

Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.

Tura, N., & Ojanen, V. (2022). Sustainability-oriented innovations in smart cities: A systematic review and emerging themes. *Cities*, 126, 103716. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2022.103716>.

Urban Systems. (2024). *Ranking Connected Smart Cities*. https://conteudo.urbansystems.com.br/csc_urban_atual.

Van de Bovenkamp, H. M., Stoopendaal, A., & Bal, R. (2017). Working with layers: The governance and regulation of healthcare quality in an institutionally layered system. *Public Policy and Administration*, 32(1), 45-65. <https://doi.org/10.1177/0952076716652934>.

Van Popering-Verkerk, J., Molenveld, A., Duijn, M., van Leeuwen, C., & van Buuren, A. (2022). A Framework for Governance Capacity: A Broad Perspective on Steering Efforts in Society. *Administration & Society*, 54(9), 1767-1794. <https://doi.org/10.1177/00953997211069932>.

Waghmare, M. (2024). Democratic participation and smart city citizenship in emerging economies—Case of smart cities in India. *Cities*, 148, 104910. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2024.104910>.

Walravens, N. (2015). Qualitative indicators for smart city business models: The case of mobile services and applications. *Telecommunications Policy*, 39(3-4), 218-240. <https://doi.org/10.1016/j.telpol.2014.12.011>.

Willing, Carla. (2008). *Introducing qualitative research in psychology: adventures in theory and method*. 2. ed. Berkshire, England: Open University Press.

Wilson, A., & Tewdwr-Jones, M. (2020). Let's draw and talk about urban change: Deploying digital technology to encourage citizen participation in urban planning. *Environment and Planning B: Urban Analytics and City Science*, 47(9), 1588-1604. <https://doi.org/10.1177/2399808319831290>.

Wu, D., Xie, Y., & Lyu, S. (2023). Disentangling the complex impacts of urban digital transformation and environmental pollution: Evidence from smart city pilots in China. *Sustainable Cities and Society*, 88, 104266. <https://doi.org/10.1016/j.scs.2022.104266>.

Wu, M., Guo, M., & Xu, J. (2024). The influence of smart city policy on urban green energy efficiency--A quasi-natural experiment based on 196 cities. *Journal of Cleaner Production*, 449, 141818. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2024.141818>.

Wu, W., Zhu, D., Liu, W., & Wu, C. H. (2022). Empirical research on smart city construction and public health under information and communications technology. *Socio-Economic Planning Sciences*, 80, 100994. <https://doi.org/10.1016/j.seps.2020.100994>.

Wu, Z., Sun, B., Feng, Q., Wang, Z., & Pan, J. (2023). Physics-informed ai surrogates for day-ahead wind power probabilistic forecasting with incomplete data for smart grid in smart cities. *CMES Comput. Model. Eng. Sci*, 137, 527-554. <https://doi.org/10.32604/cmes.2023.027124>.

Xia, L., Semirumi, D. T., & Rezaei, R. (2023). A thorough examination of smart city applications: Exploring challenges and solutions throughout the life cycle with emphasis on safeguarding citizen privacy. *Sustainable Cities and Society*, 98, 104771. <https://doi.org/10.1016/j.scs.2023.104771>.

Zhu, J., Gianoli, A., Noori, N., de Jong, M., & Edelenbos, J. (2024). How different can smart cities be? A typology of smart cities in China. *Cities*, 149, 104992. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2024.104992>.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Questões Norteadoras: Instrumento de pesquisa utilizado na coleta de dados

Apresentação: O foco da pesquisa é a Cidade Inteligente de Londrina. Em virtude disso, se buscou explorar como as práticas sociais e a governança influenciam na construção de um ambiente mais inclusivo, sustentável e eficiente. Portanto, o objetivo principal é a compreensão das interações entre os atores sociais, a tecnologia e as instituições na configuração de governança em cidades inteligentes, sendo essencial a contribuição do Sr. ou Sr.^a, ao apresentar perspectivas reais e informações valiosas sobre a situação prática, os desafios e potenciais soluções no contexto de Londrina. Essas contribuições enriquecem o estudo com experiências e percepções que ajudam a traduzir conceitos teóricos em análises aplicadas, colaborando para a formulação de diretrizes e estratégias relevantes para a cidade e o avanço no tema da governança em cidades inteligentes.

Consentimento: Confirmação de autorização para gravação e uso dos dados para fins estritamente acadêmicos, se for online encaminhado por e-mail ou se for presencial levado impresso o termo para ser assinado. Garantia de total anonimato dos entrevistados.

Contextualização: Trata-se de uma pesquisa com o intuito de identificar iniciativas de cidades inteligentes em Londrina, tendo em vista que a cidade é considerada inteligente.

Roteiro de Perguntas:

1. Poderia explicar como funciona a organização? E quais atribuições e responsabilidades você possui na atual posição que ocupa?
2. Como se estrutura a organização? Existe a colaboração de algum outro órgão ou entidade?
3. Qual é o papel da organização na governança da Londrina Inteligente?
4. Quais são os principais objetivos da organização? Como eles se alinham aos conceitos de “cidade inteligente”?
5. Quais projetos relacionados às cidades inteligentes já foram implementadas pela organização, ex: projetos de tecnologia, capacitação, infraestrutura? **ATENÇÃO:** se ele der um exemplo, sei lá, instalação de semáforos inteligentes na rua Sergipe, você terá que explorar mais. Quem desenvolveu? Como funciona? Vai ser expandido? Que tipo de dados são coletados? Que uso se faz desses dados?

6. Quais são os principais desafios para melhorar a governança da cidade inteligente de Londrina?

7. Você considera Londrina uma cidade inteligente? (se ele responder que SIM, pergunte o que poderia ser melhor; se ele responder que NÃO, pergunte o que falta na opinião dele).

8. Qual é o papel do poder público municipal no desenvolvimento de Londrina como cidade inteligente?

9. Quais outros setores da sociedade você considera que deveriam participar da cidade inteligente de Londrina?

10. Qual é o papel da organização no desenvolvimento de Londrina como uma cidade inteligente? Quais os planos da atual gestão?

Reflexões Finais

11. Quais melhorias você acredita que poderiam ser feitas para fortalecer a participação dos cidadãos na cidade inteligente em Londrina?

12. Quais melhorias você acredita que poderiam ser feitas para fortalecer a governança na cidade inteligente em Londrina?

Encerramento:

- Agradeço ao Sr. ou Sr.^a pela disponibilização do seu tempo e pela contribuição com a pesquisa.

- O Sr. ou a Sr.^a possui eventuais recomendações de outros participantes? Pode ser do mesmo órgão ou outro. Se possuir o nome e a forma de contato, agradeceria se pudesse me passar.

- E para dar por finalizada a nossa conversa, há algo mais que o Sr. ou a Sra.^a gostaria de acrescentar sobre o que foi falado aqui?

APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Título da pesquisa: Governança como prática: governança e participação cidadã em cidades inteligentes à luz da ontologia do lugar de Schatzki.

Apresentação da pesquisa

Gostaríamos de convidá-lo (a) para participar da pesquisa Governança como prática: governança e participação cidadã em cidades inteligentes à luz da ontologia do lugar de Schatzki. Dissertação de mestrado em Administração, a ser realizada na Universidade Estadual de Londrina.

Objetivo da pesquisa

A compreensão da estruturação de governança da cidade inteligente de Londrina e seus impactos na participação cidadã democrática. Se desdobrando em objetivos secundários: Compreender as práticas sociais que influenciam a formação da governança em cidades inteligentes, identificando os atores e instituições envolvidos; Investigar como a ontologia do lugar afeta a configuração das interações entre tecnologia, pessoas e instituições nas cidades inteligentes; Identificar os desafios e limitações estruturais e sociais que impactam a implementação da governança participativa em cidades inteligentes, com foco na inclusão de grupos marginalizados no contexto urbano de Londrina; e por fim, Compreender como os cidadãos percebem e interagem com as ferramentas de Tecnologia da Informação e Comunicação na cidade de Londrina, identificando como essas tecnologias podem tanto promover quanto inibir o engajamento democrático, ao refletirem interesses específicos e possivelmente reforçarão desigualdades de acesso e uso.

Sua participação é muito importante e ela se daria por meio de uma entrevista online ou presencial. Como não há deslocamentos previstos para a realização da entrevista, o risco é considerado mínimo, apenas referente à possibilidade de desconforto em virtude de cansaço no decorrer da entrevista. Não há nenhum dano ao participante caso ele desista de participar da pesquisa, não haverá nenhuma implicação. Normalmente são considerados riscos mínimos: desconforto, constrangimento, cansaço ao responder às questões. Ocorrendo qualquer um desses sintomas, por favor, fique à vontade para me informar que darei o melhor encaminhamento possível, incluindo a interrupção da entrevista.

Esclarecemos que sua participação é totalmente voluntária, podendo recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Esclarecemos, também, que suas informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade.

Esclarecemos, ainda, que você não pagará e nem será remunerado(a) por sua participação. Garantimos, no entanto, que todas as despesas decorrentes da pesquisa serão ressarcidas, quando devidas e decorrentes especificamente de sua participação.

Os benefícios esperados são: compreender de forma clara e transparente como se dá o funcionamento do órgão em questão, como são construídas estruturas de governança que eficientes, e compreender como é a participação dos cidadãos. De uma forma geral, para o entrevistado é uma oportunidade de compartilhar suas experiências e contribuir para o avanço do conhecimento sobre o tema em questão. No entanto, para a sociedade, a pesquisa pode gerar percepções para a melhoria da governança e participação cidadã em cidades inteligentes, resultando em políticas públicas mais eficazes e inclusivas.

Segundo o site do CEP: “O Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CEP-UEL) é um colegiado de avaliação de projetos de pesquisa”. O CEP-UEL foi criado em 1997 para atender as resoluções do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde que normatiza as pesquisas envolvendo seres humanos seguindo uma tendência mundial de defesa aos participantes de pesquisa. A avaliação ética dos projetos de pesquisa do CEP-UEL é pautada nas resoluções vigentes do Ministério da Saúde ([Resolução 466/2012](#) e [Resolução 510/2016](#)) e na Norma Operacional do Conselho Nacional de Saúde ([Normal Operacional CNS 001/2013](#)).

Caso você tenha dúvidas ou necessite de mais esclarecimentos poderá nos contatar: **NATASHA**, natasha.cezar87@uel.br; ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina, situado junto ao prédio do LABESC – Laboratório Escola, no Campus Universitário, no e-mail: cep268@uel.br.

Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas devidamente preenchida, assinada e entregue a você.

Londrina, data 2025.

Pesquisador Responsável

Natasha de Araujo Cezar

Eu, _____ (COLOCAR NOME POR EXTENSO DO PARTICIPANTE DA PESQUISA), tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos da pesquisa, concordo em participar voluntariamente da pesquisa descrita acima.

Assinatura: _____

Data: _____

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE: as folhas precisam estar numeradas.